

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXIV

FLORIANÓPOLIS, 18 DE JUNHO DE 2015

NÚMERO 6.841

MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Aldo Schneider
1º VICE-PRESIDENTE

Leonel Pavan
2º VICE-PRESIDENTE

Valmir Comin
1º SECRETÁRIO

Pe. Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO

Dirce Heiderscheidt
3º SECRETÁRIO

Mário Marcondes
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Silvio Dreveck

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Jean Kuhlmann

**BLOCO SOCIAL PROGRESSISTA
(PSDB E PP)**
Líder: José Milton Scheffer

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Luciane Carminatti

**BLOCO FRENTE RENOVACÃO
(PR, PSB E PPS)**
Líder: Cleiton Salvaro

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: César Valduga

DEMOCRATAS
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Rodrigo Minotto

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Mauro de Nadal - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
José Nei Alberton Ascari
Ricardo Guidi
Narcizo Parisotto
João Amin
Marcos Vieira
Valdir Cobalchini
Luciane Carminatti

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Darci de Matos
Cleiton Salvaro
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Cesar Valduga

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Neodi Saretta - Presidente
Patrício Destro - Vice-Presidente
Maurício Eskudlark
José Milton Scheffer
Dalmo Claro
Luiz Fernando Vampiro
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Serafim Venzon - Presidente
Rodrigo Minotto - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Natalino Lázare
Manoel Mota
Fernando Coruja
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei Alberton Ascari - Presidente
Gean Loureiro - Vice-Presidente
Cleiton Salvaro
Narcizo Parisotto
Serafim Venzon
Luiz Fernando Vampiro
Luciane Carminatti

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Rodrigo Minotto - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Ricardo Guidi
Silvio Dreveck
Antonio Aguiar
Valdir Cobalchini

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Patrício Destro
Rodrigo Minotto
José Milton Scheffer
Antonio Aguiar
Gean Loureiro
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Natalino Lázare - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Cesar Valduga
Mauro de Nadal
Manoel Mota
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente
Cleiton Salvaro - Vice-Presidente
Darci de Matos
Rodrigo Minotto
Luiz Fernando Vampiro
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Gean Loureiro - Presidente
Ricardo Guidi - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Cesar Valduga
João Amin
Maurício Eskudlark
Neodi Saretta

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Dirceu Dresch - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Natalino Lázare
Marcos Vieira
Dalmo Claro
Luiz Fernando Vampiro

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Kennedy Nunes - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Ricardo Guidi
João Amin
Antonio Aguiar
Fernando Coruja
Ana Paula Lima
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Romildo Titon - Presidente
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente
Ricardo Guidi
João Amin
Antonio Aguiar
Ana Paula Lima
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Valdir Cobalchini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Natalino Lázare
Rodrigo Minotto
Serafim Venzon
Gean Loureiro

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Cesar Valduga - Presidente
Patrício Destro - Vice-Presidente
José Milton Scheffer
José Nei Alberton Ascari
Patrício Destro
José Milton Scheffer
Romildo Titon
Manoel Mota
Neodi Saretta

COMISSÃO DE SAÚDE

Ana Paula Lima - Presidente
Doutor Vicente - Vice-Presidente
Cleiton Salvaro
Cesar Valduga
José Milton Scheffer
Fernando Coruja
Dalmo Claro

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Patrício Destro - Presidente
Ana Paula Lima - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Doutor Vicente
Fernando Coruja
Romildo Titon
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Doutor Vicente - Presidente
Ricardo Guidi - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Romildo Titon
Neodi Saretta
Cesar Valduga

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Natalino Lázare
Doutor Vicente
Dalmo Claro
Fernando Coruja
Ana Paula Lima

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roger Luiz Siewerdt</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Carla Silvarina Bohn</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIV NESTA EDIÇÃO: 24 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 037ª Sessão Ordinária realizada em 06/05/2015..... 2</p> <p>Atos da Mesa Ato da Presidência DL..... 13</p> <p>Publicações Diversas Atas de Comissões Permanentes..... 13 Ofícios..... 19 Portarias..... 20 Projetos de Lei 21 Redações Finais 21</p>
--	--	---

P L E N Á R I O

ATA DA 037ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 2015

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascarí - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mario Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Gean Loureiro, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, venho à tribuna, na tarde de hoje, trazendo uma informação de bastante importância e solicito o apoio desta Casa Legislativa e de todos os parlamentares num tema que pode consagrar um dos recantos mais belos de Santa Catarina em um reconhecimento internacional.

Refiro-me à praia da Guarda do Embaú, no município de Palhoça, que está apenas a 40km de Florianópolis e, com a iniciativa do 'Kito', Marco Aurélio Gungel, presidente da Associação de Surf e Preservação da Guarda do Embaú, participa da seleção de uma grande disputa mundial.

Início estas palavras agradecendo ao deputado Natalino Lázare que - já que sua relação familiar aproxima-o dos surfistas, através do seu filho -, encaminhou-me para discutir o formato que poderíamos trabalhar apoiando uma iniciativa inédita no estado de Santa Catarina e no Brasil: ter uma praia do nosso estado como reserva mundial do surfe!

A Praia da Guarda do Embaú, deputado Kennedy Nunes, vem cumprindo esses requisitos e passando por uma série de etapas, obviamente são critérios muito rigorosos, pois apenas sete praias do mundo têm essa titulação.

A organização norte-americana *Save the Waves Coalition*, dedica-se desde 2009, a definir, investigar, auditar e analisar todos os critérios que permitam que uma praia possa ser considerada reserva mundial do surfe.

A Praia Guarda do Embaú vem buscando isso. Com suas características, com sua tradição, com seu povo ordeiro, com a colonização de pescadores, com o trabalho daquela vila, que se transformou em um potencial turístico e de reserva natural da região da Grande Florianópolis, de Santa Catarina.

Vamos analisar quais são os critérios exigidos por essa entidade para que essa praia possa ter o reconhecimento de reserva mundial do surfe. .

O primeiro deles é a qualidade e consistência da onda e do surfe. Aqueles que já tiveram o prazer de conhecer a Praia da Guarda do Embaú sabem que, provavelmente, ela tem uma característica ímpar pela formação das suas ondas, especialmente as esquerdas mais tradicionais - não as esquerdas partidárias -, mas a onda de esquerda traz uma referência mundial para essa praia.

Ela é considerada uma das dez melhores ondas para a prática de surfe do Brasil e, obviamente, este quesito nós possuímos, portanto, já teríamos o título de reserva mundial do surfe. Entretanto,

precisamos avaliar outro item: as características ambientais.

Estamos falando de uma região que está em volta de três reservas naturais, inicialmente o Parque da Serra do Tabuleiro, a maior unidade de conservação de Santa Catarina, abrangendo 1% de todo território catarinense, um patrimônio das nossas reservas e das nossas unidades de conservação. Conjuntamente, temos a APA do Entorno Costeiro e a APA da Baleia Franca, que trazem características especiais do ponto de vista ambiental para essa região, consagrando-se numa natureza diferenciada, numa vegetação ímpar, numa beleza natural que empolga a todos, e nesse quesito a Praia da Guarda do Embaú seria consagrada como reserva natural do surfe.

O terceiro quesito é a cultura e história. Obviamente que, em todo litoral catarinense, existe a tradição de ter uma vila de pescadores.

A partir da década de 70 e 80, a praia da Guarda do Embaú passou a ser reconhecida do ponto de vista turístico, através das suas ondas e das belezas naturais, mas também mantém a tradição, a cultura do povo que lá vive os nativos, todos aqueles turistas que a utilizam, tanto para prática do Surfe quanto para o turismo, entendem a valorização e a necessidade de manutenção das características, da cultura e da história do local.

O último item, deputado Mauricio Eskudlark, é o apoio da comunidade. Neste sentido entra o papel da Assembleia Legislativa. A prefeitura de Palhoça já entendeu a importância e já vem apoiando todo esse trabalho. Obviamente, procuraram-me, indicado pelo deputado Natalino Lázare, por estar na condição de presidente da comissão de Turismo e Meio Ambiente e, claro, por também representar a Grande Florianópolis, deputado Cesar Valduga.

Nossa intenção quando nos reunimos com o Kito, presidente da Associação de Surf e Preservação da Guarda do Embaú, e com o Fred, presidente da Federação Catarinense de Surf, foi no intuito de fazer uma manifestação política nesta Casa, através de um documento Legislativo que dê força e garantia para esse projeto não seja em vão, que dê a segurança necessária para que, na análise dessa associação internacional, que faz a vistoria, que analisa, há envolvimento e decisão para que isso possa acontecer, possa se concretizar.

Neste sentido, a comissão de Turismo e Meio Ambiente vai apresentar uma moção de apoio à Associação de Surf e Preservação da Guarda do Embaú para que possamos, no mês de outubro deste ano, quando será definida a conquista, falar de boca cheia que temos uma praia que é reserva mundial do surfe, a única de todo o Brasil!

Hoje são contempladas apenas as praias de: Santa Cruz e Malibu, nos Estados Unidos da América; praia de Ericeira, em Portugal; praia da Bahia de Todos os Santos, no México; praia Huanchaco, no Peru; praia de Punta Lobos, no Chile e a praia Manly Beach, na Austrália.

Santa Catarina também quer cravar uma bandeira no mapa mundial. Se conquistarmos o título de Reserva Mundial do Surf para praia da Guarda do Embaú, obviamente, os surfistas e turistas do mundo inteiro virão visitar, conhecer a qualidade da praia da Guarda do Embaú, a qualidade das suas ondas, a qualidade ambiental, a cultura, a história e o apoio da comunidade nesse projeto.

Por isso, essa praia, candidata à Reserva Mundial do Surf, precisa do apoio desta Casa Legislativa. Não há partido político, não há posição ideológica, mas está levando-se em conta o turismo, o meio ambiente, a referência de Santa Catarina em fazer algo diferente, sendo reconhecida de maneira internacional e podendo fazer crescer o desenvolvimento do nosso estado.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Parabenizo v.exa. por trazer este assunto à esta Casa, até porque, quando se fala em surfe, lembramos do nosso Gabriel Medina, que é fruto dessa praia. Entendo que, assim como o Guga, que teve uma participação específica e muito especial, não apenas na divulgação do nosso estado, mas também na divulgação do tênis; Gabriel Medina, quando ganhou o campeonato, o surfe ficou talvez menos conhecido como algo que não é esporte, veio à tona esse movimento.

Parabéns, portanto a v.exa., nobre deputado! Conte comigo no que for preciso!

Obrigado, deputado!

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Para informação, o Brasil é um dos países que tem o maior número de praticantes de surfe no mundo. São oito milhões de praticantes.

Concluo a minha fala com a frase de Marco Aurélio Gungel, o Kito, que cita a importância da conquista, diz ele:

(Passa a ler.)

"A importância em ser reconhecido como reserva mundial do surfe está na possibilidade de traçar a história, a cultura, e as características ambientais para criar um plano de gestão, a fim de preservar e proteger o local, principalmente nas questões de monitoramento, educação e resposta ambiental que possa ocorrer."

Sendo assim, dediquemo-nos cada vez mais! Que a praia da Guarda do Embaú, em Palhoça, na Grande Florianópolis, possa ser não apenas candidata, mas consagrada como reserva mundial do surfe no nosso país! Uma referência para todos nós!

O Sr. Deputado Natalino Lázare - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Pois não!

O Sr. Deputado Natalino Lázare - Cumprimento v.exa. pelo pronunciamento e pela forma como v.exa. está tratando o assunto.

Na verdade, fui procurado por uma questão de laços familiares e de amizade, de meu filho com a equipe que mora lá na praia da Guarda do Embaú, e realmente fiquei sensibilizado com a questão. Por isso, fiz questão que v.exa. adotasse este projeto e daqui para frente o conduzisse ao destino que merece. Esta Casa tem que fazer um grande esforço em oferecer todas as condições para que de fato possamos obter essa importante conquista para Santa Catarina.

Parabéns, deputado Gean Loureiro, pela condução dos trabalhos!

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Muito Obrigado! Na semana que vem vou colher as assinaturas dos integrantes da comissão do Meio Ambiente para que esta Casa possa aprovar esse projeto por unanimidade. Que possamos fazer um ato de entrega, sendo mais um apoio à conquista da praia da Guarda do Embaú como reserva mundial do Surfe.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Leonel Pavan, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, retorno à tribuna, no dia de hoje, para falar mais uma vez sobre a UO-SUL de Itajaí, que é a unidade de exploração da Petrobras e também para falar novamente sobre o Centro de Eventos.

O que tenho para falar a respeito da UO-SUL é em função de não termos ainda conseguido resultados como desejamos, porque existe toda uma mentira em cima desse processo.

E sobre o Centro de Eventos de Balneário Camboriú, que me parece, água mole bateu tanto na pedra dura, que furou. Então, vamos fazer o comentário nesse sentido.

Primeiramente, gostaria de dizer que os funcionários da Petrobras, da Unidade e Exploração e Produção Sul de Itajaí, voltaram a reunir-se e decidiram entrar em greve, pois entendem que há muita mentira, muito engodo. Há muitas falácias em cima de quem tem o poder da decisão. Aliás, há muita falácia desses que tem o poder de decisão. Já tivemos aqui alguns debates e foi dito que tudo estava resolvido, que não iriam mexer na UO-SUL de Itajaí, que estava tudo tranquilo. Fizemos aquela audiência pública, foi um sucesso!

Depois, estivemos na audiência pública, em Brasília, e lá, em uma dessas comissões, foi garantido pelo presidente e dois deputados federais, o deputado Mauro Mariani, que preside o Fórum Parlamentar de Santa Catarina e o deputado Décio Lima, para os quais foi dito o seguinte: "Olha, tranquilo vai ficar se as coisas voltarem a ser como eram antes".

A mentira é muito grande! Falácias, pessoas que acham que nós, os catarinenses, ou os trabalhadores que lá estão, não entendem realmente do que está acontecendo. Pois o que aconteceu, meu querido amigo, deputado Sílvio Dreveck, disseram que não iam mexer e colocaram passagens à disposição dos funcionários para se deslocarem para Santos.

Quer dizer, eles estão continuando a desrespeitar Santa Catarina e, com certeza, faltaram com a verdade com os dois deputados, os deputados Décio Lima e Mauro Mariani. Faltaram com os nossos dois representantes, que também estão lutando para que a unidade não seja eliminada ou, no caso, destituída, ou que a levassem para Santos. Os funcionários entraram em greve, e esperam das autoridades uma resposta mais concreta, ou melhor, uma resposta positiva.

Estivemos com o governador Raimundo Colombo, junto com o prefeito de Itajaí, Jandir Bellini, e o presidente da ACI, de Itajaí, e o governador nos disse que iria falar com a presidente Dilma, que nos daria uma resposta ainda naquele dia. Já se passaram quase cinco, seis, sete dias, quase uma semana, e nós ainda não recebemos a resposta, nem sabemos se foi positiva ou negativa, sobre o que disse a presidente ou o que ela não disse. O fato positivo desta audiência é que haveria uma continuidade, mas, infelizmente, até agora sem resposta.

Esta é a minha preocupação! E o chamamento que faço aqui ao governador é para que dê continuidade àquilo que nós trabalhamos em uma audiência, com o nosso representante maior, que é o governador Raimundo Colombo.

Por outro lado, quero agora fazer um agradecimento ao governador, um elogio,

porque muitas vezes vim aqui cobrar a execução do Centro de Eventos de Balneário Camboriú. Já usei esta tribuna algumas vezes e fiz alguns apertados avisando do que poderia acontecer se não lançassem o edital no período correto, e recebemos a informação, agora, srs. deputados, que está tudo pronto.

Foi feito o edital, está dentro das exigências legais e já, tão logo se abra o edital, o governo do estado autorizará o início da obra, onde existe uma parceria, por parte do governo federal, com uma quantia muito boa, também com o governo do estado e o governo de Balneário Camboriú.

Então, estão fazendo um consórcio desses três Poderes, e vão fazer, sem dúvida alguma, um dos atos mais importantes para o turismo de Santa Catarina e para o sul do Brasil, que é o início da construção deste Centro de Eventos.

É bom dizer que esta não é uma luta apenas do deputado Leonel Pavan, ela começou quando fui governador e licitei o projeto, que vai ser executado. A luta é também do prefeito Edson Dias, de Balneário Camboriú, dos vereadores, do trade turístico, de toda sociedade de Balneário Camboriú e região. E, com certeza, poderemos dizer que se todos estávamos sonhando com isso, esse sonho começa a se tornar um sonho real, porque a obra deverá iniciar.

Como queremos ver para crer, hoje, à tarde, conversaremos, talvez com a maior autoridade desde governo depois do governador e do vice-governador, com a pessoa que fala pelo governador, o secretário Nelson Serpa, que é uma pessoa que despacha diretamente com o governador.

Mais ainda, deputado Maurício Eskudark, v.exa. também usou a tribuna algumas vezes, estaremos, daqui a pouco, com algumas pessoas, falando com o secretário Serpa. Agora, queremos ouvir a parte final, se está tudo pronto, se está tudo certo, e se nós poderemos começar a aplaudir o início desta obra.

Estaremos presente com o sr. Hélio Dagnoni, presidente da Fecomércio de Balneário Camboriú, a sra. Margot Rosenbrock, presidente do Convention & Visitors Bureau; com o sr. Sílvio Ribeiro, presidente do Sindicato dos Contadores; com o sr. Roberto Cruz, presidente do CDL, e com todos de Balneário Camboriú, nesta audiência, às 15h, no dia de hoje.

Essa luta não tem cores partidárias. Estaremos lá para fazer a devida reivindicação e ouvir do próprio Serpa que, definitivamente, o Centro de Eventos vai ser iniciado. E se não acontecer, voltaremos aqui para cobrar um direito adquirido, um projeto que licitamos, para o qual foi destinado mais de R\$ 5 milhões, tenha continuidade e seja colocado em prática.

Para finalizar, quero dizer que havia órgãos de imprensa noticiando que estava um imbróglio, que tudo isso não iria acontecer, que tinham errado no edital da licitação, mas depois de um pronunciamento aqui, recebi uma mensagem da Caixa Econômica e da secretaria de Turismo nos tranquilizando, dizendo que tudo estava certo, que a obra será iniciada. Então, iremos agora conferir, pessoalmente, com o secretário Serpa a decisão do início da obra. E com isso, eu cumprimento o governador por ter atendido esse pleito de Balneário Camboriú e dos catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, o próximo orador inscrito, deputado Fernando Coruja, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas. Quando se faz uma pesquisa de opinião para ver quais são os principais problemas da população, fatalmente a saúde é apontada em primeiro lugar. Outros problemas vêm em seguida, como segurança e desemprego. É muito frequente que o problema da educação não seja apontado nas pesquisas como um problema que chame a atenção da população. É muito diferente de quando se faz um discurso político, de quando aqueles que disputam uma eleição fazem lá o discurso e os compromissos de campanha.

Quando se fala em compromisso de campanha é muito comum que a educação venha em primeiro lugar e seja apontada como a questão mais importante para que um povo se desenvolva, para que se mude a situação de um país. E todos sabemos, no cotidiano, que realmente quando se quer avançar e mudar um país, você precisa mudar a questão da educação.

O Brasil é um país que, evidentemente, avançou nos últimos anos. Houve a criação de inúmeras vagas públicas nas universidades, um avanço no ensino fundamental e no médio, mas estamos muito longe de alcançar os níveis que os países desenvolvidos apresentam. E sabemos que países do sudeste asiático, por exemplo, que conseguiram crescer e avançar economicamente, foram países que investiram massivamente na educação, com programas de ensino integral, com programas de melhora de currículo escolar, com melhor pagamento aos professores e com investimentos.

No Brasil, estamos vivendo um momento em que há conflitos relacionados à educação no Brasil como um todo.

A maioria dos estados brasileiros estão conflagrados pela questão da educação, não é uma questão de Santa Catarina, e percebemos que não há a devida atenção dos governantes para o problema, em nível federal, estadual, nem na maioria dos municípios.

Na questão do governo federal nós temos recentemente um fato que chama a atenção para o problema, que é o caso envolvendo o Fies - Fundo de Financiamento Estudantil. A partir de 2009, a Constituição Federal, na Emenda n. 59, num dispositivo, preconiza que um plano decenal para educação tem que ser feito, e foi feito no Brasil, com 20 metas para a próxima década e que precisa ser implementado. Ora, para implementar um plano, nessas próprias metas, está a ideia de que é preciso investir 10% do PIB. Sem dúvida nenhuma, são necessárias ações mais fortes do governo e que passam pelo gasto de recursos.

Vivemos um momento de crise fiscal no Brasil, mas em nenhum momento deve-se diminuir os investimentos em educação. O Fies não poderia ser diminuído. Se o país quer avançar é preciso investir em educação. É preciso recurso público massivo em educação!

Os governantes estaduais precisam conversar com os professores. E o que estamos percebendo é que está acontecendo o contrário. No Paraná houve um conflito com a Polícia Militar; em São Paulo, o governador não conversa com os professores, e assim como em vários lugares o governador não conversa com os professores; assim como aqui em Santa Catarina não se conversa com os professores.

É preciso dialogar, conversar. É preciso achar soluções para o problema da educação, de outra forma não vamos avançar.

Nós temos vários problemas que passam, evidentemente, que estão nas metas decenais, mas temos que ampliar o ensino

integral, o Brasil tem apenas 5,6% de ensino integral; temos que avançar na melhoria do ensino fundamental; tem que discutir a federalização da educação para diminuir essas diferenças que existem de norte a sul nas escolas e, sem o envolvimento daquele agente que é fundamental ao processo, que é o professor, não vamos fazer nenhuma modificação no ensino do país.

Quando estava na secretaria Estadual de Saúde, discutia-se muito que teria que melhorar, mas se num processo de saúde não se respeitar todos os outros servidores, se o médico não estiver envolvido na questão não se faz nada, não se consegue avançar na resolução dos problemas, porque ele está ali na ponta da linha, ele é que a relação mais próxima com o paciente, é ele que toma as decisões mais cruciais. E da mesma forma o professor, se você criar um clima, como se cria no país de conflito, porque literalmente é isso que está acontecendo no país, os governadores de maneira geral, o governo federal veem o professor como inimigo, o professor torna-se um adversário, o chato que incomoda, que faz greve e não conversa com as pessoas. É preciso conversar. Não é um problema só de Santa Catarina, mas do país.

Como é que se avança na educação se não se cria um mecanismo de sintonia e harmonia, de conversa, de diálogo para falar com os professores, para procurar uma solução para o problema. É preciso encontrar uma solução para o problema.

Vejam, não sei se são professores que estão aqui, hoje, mas vejo que, muitas vezes, as pessoas que ocupam essas galerias não tomam o posicionamento mais correto, vêm aqui apenas para vaiar os deputados, para agredir os deputados. Deputados esses que estão procurando fazer alianças, porque é preciso conversar, não apenas com o governador, com os professores, é preciso que os professores conversem com os deputados, pois é preciso encontrar um diálogo. O diálogo não é conseguido apenas pela via, pela gritaria, pelo confronto. O diálogo é construído pela conversa!

Vejo aqui que exacerbam a questão. Pessoas que aqui dentro desta Casa eram favoráveis à tese dos professores, hoje, estão contra, porque são vaiados, os professores se colocam de costas. Então, é preciso diálogo, é preciso respeito nestas questões.

Os governantes brasileiros não respeitam o professor. Não é o caso em Santa Catarina. Eu percebo isso. Tratam o professor como adversário, como chato, como inimigo. Como é que vamos mudar o país? Como é que vamos fazer a educação no país se não houver um clima de harmonia? Como é que serão implantadas as metas da década?

É claro que também não temos sido muito ouvidos, aqui entre nós, nesta questão, mas é preciso que o governo abra um caminho de diálogo. Não pode ser só o raciocínio do caixa, que é importante, evidentemente, parece que há uma crise. Não há dinheiro para tudo, mas é preciso diálogo, porque não podemos deixar uma greve se estender com a ideia de que com o tempo ela vai enfraquecendo e que esse é apenas um confronto entre os professores do governo.

É preciso, mais do que nunca, que haja uma aliança pela Educação no país. Esse clima de confronto que está criado no país, de norte a sul, com a educação, não vai ajudar para criarmos uma Pátria Educadora, como dia a presidente Dilma Rousseff. Uma Pátria Educadora passa por um momento de sacrifício de investimentos em outras questões, passa

por mais investimentos na Educação, e passa, sem dúvida nenhuma, pelo diálogo, pela valorização do professor, e fundamentalmente, por uma harmonia que permita com que o país caminhe.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Agradeço, sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, a todos que nos acompanham.

Hoje, no horário do Partido dos Trabalhadores, que hoje, sem dúvida nenhuma, é o partido mais perseguido do país, também com uma certa lógica, vamos governando este país, transformando, tomando decisões importantes para melhorar a vida do povo e, um grupo da elite brasileira, que quer o país apenas para meia dúzia, começa a fazer um grande movimento contra.

Reconhecemos os nossos erros, nossos acertos, o processo, o que queremos é tratamento igual. Esse é o grande debate que o PT traz em todos os níveis, especialmente no Judiciário brasileiro.

Nós queremos a apuração dos casos de corrupção em todos os níveis, seja do pequeno corruptor ao grande corruptor. Talvez esse seja um dos maiores impactos, e há uma turma que não aceita, de forma alguma que um governo não se entregue a esta pequena elite brasileira, que nunca foi para a prisão, que nunca foi condenado a nada neste país. Isso talvez seja o maior impacto!

E quando falo de tratamento igualitário, gostaria de dizer que ontem ou anteontem, saiu o resultado do julgamento do caso do avião da TAM, que caiu em São Paulo e matou cerca de 200 pessoas. Alguns setores da mídia nacional, como costumam fazer sempre ou em grande parte dos casos, contra o governo do PT, fizeram um pré-julgamento e instigaram a sociedade, na época, a fazer mobilizações dizendo que o governo era responsável pelo acidente com o avião, e chamavam o ex-presidente Lula de criminoso, que ele era responsável pela morte das pessoas naquele acidente aéreo, mas agora se comprova, depois de tantos anos de calúnia, de difamação, de pré-julgamento dos setores da imprensa, que não têm nem conhecimento técnico para fazer esse tipo de julgamento, fizeram julgamento político, que o acidente ocorreu devido a uma falha técnica no avião.

Deputado Luiz Fernando Vampiro, é isso que estamos condenando, setores da mídia nacional que fazem um pré-julgamento diferenciado de um partido político, que é o PT, das suas lideranças de setores do Poder Judiciário e da Polícia.

O nosso partido já pediu várias vezes para ver o inquérito e os depoimentos, mas não conseguiu, porque o policial federal, o juiz federal, do Paraná, o dr. Sérgio Moro, que conduziu a Operação Lava Jato, diz o processo está sob segredo de Justiça, e quando ocorre depoimento durante à tarde, à noite o assunto já está em toda imprensa nacional!

Queremos tratamento igual para todos! Queremos dizer que, ontem, à noite, o programa eleitoral do nosso partido foi extremamente importante, porque reafirmou que o PT vai continuar a sua grande luta contra a corrupção no Brasil, e propôs, ainda, o desafio que os partidos não busquem mais

dinheiro de financiamentos privados, empresariais, nas campanhas eleitorais, enfim, o PT está propondo fazer esse debate.

Outra questão importante que estamos propondo e lutando, é contra a terceirização. Isso mostra que o nosso partido continua sempre firme nas fileiras em defesa dos trabalhadores e dos seus salários, pelo poder aquisitivo que justamente deu a este país outra condição de vida.

Ao deputado Fernando Coruja, que há pouco falou sobre o tema educação, queremos dizer com segurança que jamais na história do Brasil investiu-se tanto em educação. Nós tivemos em 2002 em torno de 500 mil estudantes frequentando o ensino superior no Brasil, e hoje passamos de 7.2 milhões de estudantes. O nosso país já formou mais pessoas em universidades, em ensino superior nesses 12 anos do que durante toda a história do nosso país.

O próprio Pronatec tem hoje 12 milhões de estudantes; o Fiesc, que é criticado - temos problemas, é verdade -, temos 1.3 milhões de jovens estudando; no programa Ciência Sem Fronteiras, temos mais de 80 mil jovens fora do Brasil. E com o pré-sal, agora, vamos investir muito mais em educação.

Se há um setor que está sofrendo uma revolução neste país, com o apoio do PMDB, que hoje tem muita força no nosso governo, é a Educação. Não podemos fazer como o governador do Paraná, a quem poderíamos chamar de Hitler, pelo tratamento que deu aos professores, criando um campo de guerra na semana passada desproporcional, inclusive apresentamos nesta Casa um requerimento de repúdio a este governo.

Portanto, educação, professores e professoras que estão aqui, professores de Chapecó que estiveram me visitando, o Rogério Lima, o Hildo, o Mário, o João Batista para discutir este tema...

O Sr. Deputado Fernando Coruja - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Nobre deputado, reconheço que houve um avanço no governo do PT em nível federal com relação à educação, mas lembrava aqui o falecido Darci Ribeiro, grande impulsor da lei de Diretrizes e Bases da Educação, inclusive tive oportunidade de conviver com ele quando era do PDT em Brasília, ele que deu essa abertura e esta possibilidade de avanço na educação, dizia que tínhamos que ter pressa. Infelizmente, mesmo com os avanços, não estamos tendo a pressa adequada que deveríamos. Reconhecemos os avanços, mas ainda são pequenos diante das nossas necessidades.

Muito obrigado pelo aparte!

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Não é possível resolver esse abandono histórico em 12 anos. Com certeza a presidente Dilma Rousseff continua nessa luta.

Mas volto a este tema no horário da Explicação Pessoal.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são reservados ao PDT.

(Pausa)

Não havendo deputado do PDT que queira fazer uso da palavra, os próximos minutos são reservados ao PSD.

Com a palavra o Sr. Deputado Maurício Eskudlark, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, público presente, professores, funcionários da Justiça, ontem, à noite, pelo que vi o PT está com algum convênio com a fábrica de panela Rochedo ou Tramontina, porque cada vez que o Lula ou a Dilma vão para a televisão acontece uma barulheira bem grande no país.

Foi uma manifestação gigante, até porque vemos alguns assuntos não sendo tratados com a seriedade que deveria. Até disseram que o perigo era eles administrarem o deserto do Saara, porque era capaz de faltar areia daqui a algum tempo.

Tenho em mãos um artigo do jornalista e consultor Fábio Pereira Ribeiro que diz o seguinte:

(Passa a ler.)

“Por que um governo populista resolve cortar no osso o principal programa para que os excluídos possam ter uma transformação em suas vidas?

Literalmente porque todo governo populista só pensa no governante e nunca no povo. O populismo é uma grande jogada caudilha de marketing de massa e manipulação, e quando calo aperta, compra-se.”

E ele fala a respeito da “Pátria Educadora”, entre aspas, que corta os investimentos em educação na ordem de R\$ 4,2 bilhões. E é o que está acontecendo com o Fies e com vários investimentos que o governo federal deveria manter, principalmente na área da Educação. Vejo que temos que olhar essa questão com muita seriedade.

Ontem, lemos no *Diário Catarinense* a seguinte matéria:

(Passa a ler.)

“Sete anos de Espera.

Em 05 de maio de 2008, a então ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, garantiu que a BR-280, no trecho entre São Francisco do Sul e Jaraguá do Sul estaria duplicada no fim de 2010. Mas a promessa da agora presidente não tem sequer um quilômetro de pista até hoje.”

Estou manifestando essa preocupação, esses assuntos, porque temos várias obras no estado que estão paralisando por falta de recursos, de investimentos do governo federal. Além da BR-280, temos a BR-470, que está com algum início de obra.

A grande preocupação que temos também é com a BR-282, no oeste do estado, e com a BR-163, entre São Miguel d'Oeste e Dionísio Cerqueira. Uma obra com projeto de investimento de quase R\$ 200 milhões está lá pela metade, com prazo de entrega para maio de 2016. Infelizmente, parada! A obra está parada. O deputado Padre Pedro Baldissera conhece bem a região, sei da preocupação de v.exa. com aquela obra, as máquinas trabalharam, a pista ficou totalmente danificada e não há sinalização.

E agora, deputado Antônio Aguiar, vem o inverno, e para nós o inverno é neblina e chuva. E numa rodovia sem sinalização, totalmente danificada, o risco de acidentes é muito grande. Existe uma grande preocupação da população da região, das autoridades, inclusive já houve várias manifestações nas redes sociais, e precisamos que o superintendente do DNIT em Santa Catarina, Vissilar Preto, que tem atendido sempre com presteza e atenção às reclamações referentes a essas obras, manifeste-se. É impossível que a BR-163 fique paralisada e sem sinalização, sem recuperação nas áreas essenciais, agora, com esse período de inverno que se aproxima.

Quando falei dos sete anos de espera, em obras que não começaram,

podemos citar a BR-280, a BR-470, que está parada, mas ainda não foi mexido na pista principal, então, o perigo, o risco ao usuário da rodovia é menor do que naquelas rodovias onde não há mais sinalização e totalmente esburacadas.

Então, efetivamente, esperamos que o DNIT tome providências e que haja a recuperação dessa rodovia.

Também, com referência ao governo federal, a educação, ao Fies, a paralização, era essa a nossa manifestação.

Comunico, também, que recebemos dos professores da regional de Jaraguá do Sul, o pleito de um pedido de diálogo com o governo do estado. Somos favoráveis e entendemos que deve haver esse diálogo. Os pleitos com referência a anistia das faltas, a revogação do decreto, o reajuste.

Entendemos, sim, que o governo estadual deve procurar a abertura desse diálogo, assim como, pelo que eu sinto nos bastidores, está havendo uma busca de uma solução para a questão do Projeto de Lei Complementar n. 0005/2015, do Poder Judiciário de Santa Catarina, do Tribunal de Justiça, e também recebemos hoje essa documentação, a explanação, as justificativas da luta da categoria por essa questão com referência ao PLC.

Como última parte do meu pronunciamento, deputado Darci de Matos, também quero registrar aqui o aniversário da Polícia Militar, os 180 anos. Quero fazer esse registro porque no dia anterior participamos, na segunda-feira, à tarde, em Balneário Camboriú, na Praça Almirante Tamandaré, das comemorações, das homenagens por parte da Polícia Militar, pela passagem dos seus 180 anos. Numa atitude muito inteligente do comandante que também foi promovido tenente-coronel, nosso amigo, major José Evaldo Hoffmann Júnior. A solenidade deixou de ser no quartel, para ser na Praça Almirante Tamandaré, com a participação da comunidade.

O major José Evaldo Hoffmann, que foi promovido a tenente-coronel, assumiu há pouco tempo o comando do batalhão de Balneário Camboriú e já fez uma transformação no comando, já deu motivação, disposição aos policiais. Agora, o número aumentou com as novas nomeações por parte do governo do estado, não foi um número tão significativo, mas a vontade, a disposição dos policiais, a confiança no seu comandante, é diferente, e isso nos traz orgulho!

No pronunciamento, o major Evaldo Hoffmann demonstrou isso, o orgulho do trabalho, da tropa, do empenho, do compromisso com a sociedade, que é o que precisa ter. O policial, o professor, tem que ter vocação. Quem não tem vocação para essas atividades não consegue desempenhá-las, é preciso realmente ter vocação.

E a Polícia Militar homenageou vários promovidos, homenageou também cidadãos que colaboraram, ou que têm interatividade com a Polícia Militar, o Calos Humberto Metzner Silva, o presidente do Sinduscon, e várias outras autoridades. Também, dois policiais foram promovidos por ato de bravura, e é gratificante ver, numa solenidade, o filho pequeno trazendo, na mão, a medalha que o pai vai receber. Foi o caso do soldado Luiz Alberto Cabral, que foi promovido a cabo por ato de bravura numa ação que salvou a vida de um cidadão, no município de Bombinhas. Então, é bom fazer este registro, esse reconhecimento.

O coronel Reinaldo Boldori, que é o comandante regional, também fez uma manifes-

tação pedindo apoio, empenho, e a participação da comunidade, para que haja um empenho muito grande dos policiais no seu trabalho, na sua luta, uma luta que é inglória, que prende e solta todo dia, porque nós efetivamente temos uma legislação federal muito falha.

Participou, também, o colega deputado Leonel Pavan, que agora está participando, no Centro Administrativo, na Casa Civil, de um ato referente ao Centro de Eventos de Balneário Camboriú, ao qual não estou comparecendo, pois fiquei participando da sessão para usar esse horário em nome do partido.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Deputado Maurício Eskudlark, não poderia ser diferente, v.exa. se pronunciou falando também da Segurança Pública, mas eu quero dizer aqui, até respondendo algumas colocações que foram feitas hoje, ou no dia de ontem, com relação à Segurança Pública de Santa Catarina.

É claro que precisamos de mais efetivos, é evidente que precisamos mais inteligência, mais investigação, talvez, mais delegacias, isso qualquer leigo percebe, e o governador tem trabalhado nesta linha, junto com o secretário Grubba. Agora, se nós fizermos um comparativo, deputado Valmir Comin, do estado de Santa Catarina com os demais estados do Brasil, os nossos índices de criminalidade ainda são os melhores do Brasil. É claro que precisamos melhorar, porque o ideal é que nós tivéssemos um índice zero, e vamos perseguir esta bandeira, esse grande objetivo.

Mas a segurança é responsabilidade do estado e de todos nós, tem a segurança comunitária, tem as instituições, as entidades, e nós, com a contribuição do Parlamento, tenho certeza de que vamos melhorar, ao longo do tempo, a segurança pública de Santa Catarina, que é um direito de todo cidadão catarinense.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Inclusive, quero registrar que hoje temos a posse festiva do novo presidente da Adepol, delegado Ulisses Gabriel que, através da Associação dos Delegados tem dado o seu apoio à segurança pública, o seu apoio à Polícia Civil como um todo. Precisamos de mais investigação, todos os municípios querem mais delegacias, mas não adianta ter delegacia para registrar boletins de ocorrências, temos que trabalhar, sim, é na investigação, que identifica e leva à Justiça os autores de crime. E cada autor de crime, que é levado à Justiça e preso, deixa de praticar muitos outros delitos.

Então, é fundamental a atuação da Polícia Civil para a segurança.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O deputado João Amin fez uma combinação com o Bloco Frente Renovação, formado pelo PSB, PR e PPS, para fazer uso do horário, com a permissão dos partidos que compõem o bloco.

Então, ainda dentro do horário reservado aos partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PP.

Com a palavra o sr. deputado João Amin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Quero cumprimentar o sr. presidente, os demais parlamentares, as deputadas, e dizer que ontem foi um dia muito especial. A comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano desta Casa debateu com mais de 800 pessoas, no

auditório Antonieta de Barros, um assunto muito importante.

Foi anunciado, pela Secretaria do Patrimônio da União, uma nova demarcação que hoje morde, como diz o ex-deputado Edison Andrino, mais de nove mil cidadãos, apenas em Florianópolis; e 40 mil pessoas no estado de Santa Catarina, sem nenhuma contrapartida de benfeitoria desse dinheiro arrecadado e, para falar a verdade, nem uma xepa de cigarro limpa com esse dinheiro.

E com essa nova demarcação, anunciada pela SPU, de nove mil pessoas, apenas em Florianópolis, iríamos para 30 mil pessoas. Só que esse é um assunto que afeta o cidadão, o morador, a pessoa que tem um terreno, uma propriedade na margem do rio, na margem do mangue e na margem do mar. De Itapoá a Passos de Torres, de Florianópolis a Dionísio Cerqueira, um dinheiro arrecadado que não volta em nada para o cidadão.

Tivemos a presença do maior especialista no assunto, o dr. Obéde Lima; representantes do Ministério Público, das entidades representativas, de vários municípios.

E posterior à audiência pública de ontem, já protocolamos, com a ajuda de diversos parlamentares, um requerimento constituindo a Frente Parlamentar em Defesa dos Proprietários de Terreno de Marinha no Estado de Santa Catarina. E também protocolamos nesta Casa uma moção que vou me permitir ler por inteiro.

(Passa a ler.)

“O signatário, com base no art. 195 do Regimento Interno, deste Poder, e considerando que:

- o impacto que a nova demarcação da Linha de Preamar Médio de 1831 pode causar no cotidiano dos cidadãos;

- a pendência do julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, do Recurso Extraordinário n. 639.199, que discute a existência de Terrenos de Marinha em ilhas que sejam sede de município;

- a possibilidade de que, sendo procedente o julgamento do Recurso Extraordinário, sejam extintos os Terrenos de Marinha localizados em ilhas que sejam sede de Município;

- a iniciativa da secretaria do Patrimônio da União (SPU), contraria a essência do Decreto-Lei n. 9.760, de 1946, quando instituiu os terrenos de Marinha, que era da defesa e segurança nacional; e

- a existência de propostas de emendas à Constituição tendentes a abolir terrenos de Marinha,

Requer o encaminhamento de moção ao ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão e ao superintendente da secretaria do Patrimônio da União (SPU) nos seguintes termos:”

Essa moção, deputado Luiz Fernando Vampiro, vai ser colocada em apreciação daqui a pouco.

(Continua lendo.)

“A Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina, aprovando proposição do deputado João Amin, manifesta preocupação e apela a v.exa. que, enquanto pendente o julgamento do recurso Extraordinário n. 636.199, abstenham-se de prosseguir no procedimento demarcatório da LPM de 1831, atenciosamente, deputado Gelson Merisio - presidente.”[sic]

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Muito obrigado, deputado João Amin.

Nós estamos aqui há oito, 12, 16, 20 anos e tivemos a oportunidade de participar de uma das maiores audiências públicas realizadas no Parlamento Catarinense promovido por v.exa. Aliás, a comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano já tratou este ano de mobilidade, de terras de Marinha, do contorno do anel viário, ponte Hercílio Luz, essa comissão está realmente muito atuante sob a sua direção.

E quero dizer que na audiência pública de ontem, o público, por si só, já justifica o motivo da audiência.

Deputado Cesar Valduga e deputado Romildo Titon, sabemos que lá em Campos Novos vocês não têm esse problema.

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Onde tem rio, mangue, lagoa e mar é afetado.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Tem pouca água naquela região, pouco rio, mas, veja bem, aí reside nesse tema que v.exa. levantou, um dos grandes absurdos da República, do Brasil, em Santa Catarina são 40 mil famílias afetadas; em Joinville são 6.500. O indivíduo tem a escritura da propriedade e o governo diz que o lote, o terreno não é do proprietário e cobra, anualmente, a taxa de Marinha sem dar nenhuma contrapartida, quando sabemos que taxa implica em uma contrapartida do poder público.

Quem dá a contrapartida de iluminação, de limpeza de rua, de lixo, etc, é o município e não a União. É um absurdo, é um roubo, e nós temos um caminho a seguir, que é fazer uma mobilização em Santa Catarina, uma mobilização nacional - e v.exa. levantou bem o tema - para que possamos votar na Câmara dos Deputados e revogar essa lei, de 1946. Isso é um absurdo e v.exa. está de parabéns por levantar esse tema no Parlamento Catarinense!

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Muito obrigado, deputado Darci de Matos, integrante da comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

O Sr. Deputado Manoel Mota -V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentá-lo também pela audiência de ontem, à noite. Trata-se de uma matéria importante e uma das grandes audiências públicas que temos participado.

Essa é uma ação importante, fundamental, porque as pessoas trabalharam uma vida toda, investiram e, de repente, com a escritura na mão, não são donos, então, é um desespero total.

Então, como é que se elegem os deputados estaduais, os deputados Federais, os senadores? Com o voto do povo!

Então, precisamos nos mobilizar, irmos ao Senado para aprovarmos aquela PEC para que possamos dar tranquilidade a toda sociedade que mora na área de Marinha.

Por isso lhe parabeno! Quero dizer que foi levantada uma bandeira que tem que ter começo meio e fim. Contem comigo para buscarmos os resultados, porque o povo aguarda resultados. E é fundamental para aqueles que investiram uma vida inteira e que hoje estão sem segurança nenhuma.

Meus cumprimentos, deputado.

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Agradecemos ao deputado Manoel Mota e aos servidores desta Casa que fizeram um esforço muito grande para atender da melhor maneira possível todos os convidados, à imprensa, que

vem dando destaque ao assunto diariamente e todas as pessoas prejudicadas ou não que fizeram ontem o uso da palavra. Recebemos diversas pessoas, diversas entidades, vários órgãos, representantes do Ministério Público Estadual e da SPU, Procuradoria-Geral do Estado, de vários municípios.

Então, agradeço o sucesso de ontem que realmente foi o início, o primeiro degrau de uma escadaria muito longa que temos pela frente.

Muito obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera, por fazer esta administração dos tempos e me conceder este tempo a mais, não apenas do Bloco Social Progressista.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito é o deputado Serafim Venzon, a quem concedemos a palavra pelo tempo restante.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Muito obrigado, sr. presidente! Muito obrigado, deputado Silvio Dreveck! Agora estamos dividindo parte do tempo do Bloco Social Progressista.

Quero saudar todos os catarinenses em nome dos deputados e deputadas aqui do plenário. Também quero cumprimentar as pessoas que estão nas galerias desta Casa e os que nos procuram nos gabinetes, de forma especial, a sra. Maria Celir Tenfen, diretora do Hospital Santa Terezinha, do município de Braço do Norte; a Francismari Rossi Lessa, secretária de Saúde deste município; e o sr. Tarcísio Corrêa Marcon, assessor da Secretaria da Saúde do referido município.

Ainda quero cumprimentar, de forma muito especial, o Coronel Edson Rui da Silva Castilho, que em outro tempo, no decorrer da sessão de hoje, também quero comentar sobre o seu trabalho na comissão dos leilões dos carros apreendidos aqui no estado de Santa Catarina.

Mas quero me ater, sr. presidente, ao assunto que, certamente, aflige todas as famílias catarinenses e todos os jovens que tem o conhecimento, que tem a visão de que a sua melhor alternativa para melhorar a qualidade de vida é o estudo, seja do ensino fundamental, do ensino médio, que geralmente conseguem fazer particular ou pela rede pública, mas que a grande dificuldade para ele é exatamente completar o 3º grau, a faculdade, porque aí ele tem poucas alternativas. Ou passa no vestibular da Federal, ou consegue na Udesc, e as chances são muito poucas e pequenas em relação ao número, a quantidade de pretendentes. E aí sobram as universidades particulares e as universidades do Sistema Acafe, que tem 90% do art. n. 170. E agora o outro apoio seria o Fies.

E muito oportuno e realista o editorial do jornal *Diário Catarinense*, do dia de hoje, 06 de maio, com o título: "Pátria Enganadora". A matéria diz respeito a mais um capítulo da falta de gestão de informações do governo federal com relação ao Fundo de Financiamento Estudantil - Fies. Abordagem jornalística essa que, aliás, vem ao encontro da posição que já havíamos nos manifestados nesta tribuna a respeito do assunto, por considerar que, no mínimo, o governo faltou com informações prévias aos estudantes brasileiros e catarinenses, obrigando milhares de famílias a reverem seus orçamentos, sem falar no adiamento, quando não cancelamento de projetos profissionais e de estudos.

(Passa a ler.)

"Depois de um período de trapalhadas e tergiversações, o Ministério da

Educação admitiu que o imbróglio do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), deve-se mais à falta de dotações orçamentárias para novos contratos e não a problemas técnicos que os alunos vinham encontrando para renovar os já existentes".

Ou seja, alunos e jovens que ficaram um mês, dois meses tentando fazer o seu cadastramento, o seu aditamento, e não conseguiram, não era porque o *site*, a linha estava ocupada, e sim porque havia o sistema para não conseguir se inscrever mesmo no programa, e talvez não conseguindo entrar no *site*, muitos alunos desistissem, o que de fato ocorreu com muitos alunos.

(Continua lendo.)

"A confusão compromete o conceito e a promessa da presidente Dilma Rousseff, de que o Brasil passaria a ser uma Pátria Educadora neste seu segundo mandato. A transparência a que recorreu agora o ministro Renato Janine Ribeiro, ministro da Educação, teria evitado problemas maiores se tivesse sido adotada há mais tempo.

Ao acenar com a alternativa do Fies, o governo federal criou uma expectativa entre os brasileiros de menor renda do que o acesso a cursos de nível superior em universidades privadas seria facilitado".

Então, o Fies, sem dúvida nenhuma, é uma grande alternativa para os estudantes, e talvez nos estados, e eu estou articulando junto aos reitores do Sistema Acafe e seus técnicos, para buscar uma alternativa também estadual para financiar o sonho de tantos jovens do Brasil. Alguns conseguem o financiamento pelo art. 170, está muito bem, mas são só R\$ 50 milhões; àqueles que conseguem o financiamento Fies em Santa Catarina, são lá são 40, 50 mil alunos que conseguem, mas existem mais de 100 mil estudantes que não conseguem pagar a universidade, não conseguem o Fies pelas limitações que estamos colocando e que, às vezes, são de ordem financeira e bancária, e também não conseguem o financiamento pelo art. 170, o que acaba frustrando o seus sonhos para cursar uma universidade.

(Continua lendo.)

"É obvio que, num cenário de recursos escassos, o ideal seria contemplar todos os acadêmicos, mas sabemos que isso é impossível. O próprio MEC deu-se conta disso, ao aperfeiçoar os critérios de concessão do benefício, limitou e acabou frustrando o sonho de muitos estudantes. Os estudantes, porém, poderiam ter sido poupados, primeiro, da tensão de não conseguir renovar o crédito e, agora, da frustração e revolta diante da admissão de falta de recursos para novos contratos.

No caso das instituições privadas de nível superior, ficou evidente que algumas instituições deixaram o bom senso de lado ao reajustarem os valores cobrados dos alunos, procurando tirar vantagem do financiamento fácil.

Mas não é justo que, por isso, muitas delas sejam agora prejudicadas, enfrentando inclusive o risco de evasão de alunos.

Em qualquer país, particularmente o Brasil, a educação tem que ser prioridade. É o discurso de todos nós. Se não há recursos para um programa da importância do Fies, que pelo menos não se engane a população, se evite perturbar os alunos, os acadêmicos, como aconteceu nesse início do ano, tanto os alunos que queriam renovar, aditar e também os estudantes que iriam fazer crédito novo para estudar.

Registre-se que só na região de Brusque, entidades educacionais como a

Uniassevi/Assevim têm aproximadamente 45% dos seus estudantes cursando a universidade pelo crédito do Fies, o equivalente a cerca de um mil alunos. Em toda Santa Catarina, são mais de 47 mil estudantes, muitos agora, infelizmente, privados de continuarem seus estudos por falta de informação prévia do governo federal.

Que este triste episódio sirva como lição para que o governo tenha mais eficiência na gestão de projetos educacionais vitais para o futuro do Brasil e não os use somente como propaganda político-eleitoral valendo-se da boa fé do estudante e das famílias brasileiras."

Seguramente, o programa Fies que é para atender uma faixa social que tem dificuldade de acesso, que no futuro vai devolver esse recurso, que vem complementar aquilo que os estados, como Santa Catarina tenta fazer, mas sem dúvida nenhuma precisamos melhorar, ampliar a quantidade de recursos destinados neste sistema.

Lamento toda essa situação gerada, pois não há como bancar a educação de tantos jovens se alguém não colocar o dinheiro. Quer dizer, onde está o dinheiro? Sessenta e cinco por cento da arrecadação está no governo federal! É de lá que tem que vir e é para eles que temos que reclamar.

Estamos tentando também, junto ao governo do estado melhorar aquilo que já está sendo feito.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não!

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Quero apenas dizer que sabemos que nem todos estão sendo atendidos, mas não dá para fazermos circo dessa situação.

O governo Fernando Henrique Cardoso atendeu 76 mil contratos, enquanto o governo federal atual está atendendo 1.9 milhão de contratos e este ano mais 252 mil! O que é melhor? Setenta e oito mil ou dois milhões?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Deputada...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são reservados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Antônio Aguiar, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, comunidade catarinense, com certeza o deputado João Amin fez uma grande audiência pública e quero parabenizar v.exa. pela iniciativa e pela grande repercussão que está dando em todo estado. É verdade que a lei é mais para o litoral, mas temos certeza de que essa mobilização servirá para que o governo federal mude seu conceito e mude a lei de 1946.

O Sr. Deputado João Amin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado João Amin - Quero agradecer o registro que v.exa. faz, porque realmente afeta muito mais o litoral, mas os vizinhos de mangues e rios não estão isentos de uma nova demarcação. Por isso, temos que levar essa discussão para todo estado de Santa Catarina. Portanto, conto com seu prestígio, com sua atuação como parlamentar para nos ajudar, não somente a comissão de

Transportes e Desenvolvimento Urbano, mas a frente parlamentar para que essa discussão ocorra o mais rápido possível.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Parabéns, mais uma vez pela grande audiência pública, deputado João Amin!

Gostaria de, neste momento, reportar-me ao fórum de Canoinhas, esperado há muito tempo. Sexta-feira, às 10h, estaremos dando a ordem de serviço, que vem do desembargador Nelson Schaefer Martins e do presidente do Tribunal Regional. Quero agradecer o presidente pelo seu empenho e dedicação, pois é uma obra que tem o valor aproximado de R\$ 18 milhões para construção de mais de 7.000m².

Uma obra importante para o município de Canoinhas. Estará lá o desembargador Antônio Rego Monteiro Rocha, presidente do Conselho Gestor de Engenharia do Tribunal de Justiça do estado de Santa Catarina. Estará presente a juíza de direito da comarca, dra. Gisela Ribeiro. Teremos a presença também de prefeitos, autoridades para essa importante ordem de serviço.

É, sim, mais uma obra para o crescimento e desenvolvimento do município de Canoinhas, uma vez que também tivemos uma grande ordem de serviço, mais de R\$ 30 milhões para o saneamento básico de Canoinhas. Obra essa, do governo Raimundo Colombo, que faz com que Canoinhas se sinta prestigiada no planalto norte.

Temos certeza de que essa obra vai economizar, apenas em saúde, 4%, que serão muito bem-vindos à prefeitura de Canoinhas que fará a economia na área da Saúde. Nós temos um grande espaço político do PMDB.

Agora, convido o deputado Valdir Cobalchini, para fazer uso da palavra no restante do tempo do PMDB.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, o próximo orador inscrito, deputado Valdir Cobalchini, pelo tempo restante do partido.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, deputado Silvio Dreveck, nosso líder do governo, sras. deputadas e srs. deputados.

Deputado Fernando Coruja, v.exa. que há pouco fez um pronunciamento em relação à necessidade do diálogo entre o governo e os professores - e eu não lhe aparteei para não atrapalhar o seu raciocínio - diálogo começa a acontecer de forma efetiva, e estamos realmente muito otimistas que o movimento grevista, deputada Luciane Carminatti, a partir da manifestação do governo de reabrir o diálogo, parece-me que, com o compromisso de que haja uma construção a quatro mãos, a oito mãos, em que não se estabeleça que um ganha e o outro perca, num clima de harmonia.

Nós estamos muito esperançosos, deputado Silvio Dreveck, de que nos próximos dias possamos acompanhar o fim do movimento grevista e a construção, com muita tranquilidade, de um projeto que, se não o ideal que todos nós deslumbramos, mas o possível, inclusive dentro de uma realidade das finanças de Santa Catarina. Então, queria fazer esse registro.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Pois não!

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Obrigada deputado Valdir Cobalchini, nós temos alguns professores ainda acompanhando esta

sessão, são todos bem-vindos a esta Casa. Acredito que todos os 40 deputados Parlamentares nesse período todo, que já ultrapassa os 30 dias de paralisação do Magistério Estadual. Todos fomos cobrados para que de fato pudéssemos intermediar e sensibilizar o governo para retomar as negociações.

Eu disse para alguns professores, hoje, e falei a v.exa. também, que nós não temos uma bola de cristal para saber qual é o resultado de uma negociação. Nós não podemos prever como se dará, até que ponto se avança numa negociação, mas há uma expectativa do Magistério.

Na semana passada, conversava com o Deschamps, v.exa. também conversou, assim como vários deputados aqui desta Casa, como o deputado Natalino Lázare, que é professor aposentado e também dialogou, bem como o deputado Mauro Mariani, enfim, vários parlamentares intercederam, no sentido de que, de fato, possamos avançar em todas as questões, tanto no reajuste da carreira, no debate da regência, na revisão da progressão, a partir do decreto das faltas. Enfim, não vou aqui listar toda a pauta porque acho que isto tem que ser discussão de mesa de negociação.

Então, acredito muito que, de fato, consigamos reabrir esta negociação e, como falei, de forma madura, consciente, ambas as partes possam sentar à mesa e avançar no processo de negociação. Eu não gostaria que, em Santa Catarina, de forma alguma, acontecesse o que o nosso vizinho Paraná fez, tratando os professores daquele modo *pitbull*. *Que isso* não se torne uma regra também para o nosso estado.

Então, acho que o diálogo, a negociação, é o canal do avanço. E eu acredito muito nesse processo, deputado Valdir Cobalchini.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Muito obrigado, deputada Luciane Carminatti, que tem na Educação a sua atividade profissional principal, e que tem sido interlocutora do movimento nesta Casa. Queremos, e já estamos, não apenas nos propondo, mas, efetivamente, participando com a responsabilidade que todos temos, e diria que no meu caso, um pouco mais, por presidir a comissão de Educação.

Também quero reafirmar que, outros colegas têm nos ajudado na nossa comissão de Educação, a exemplo do deputado Natalino Lázare e do deputado Gabriel Ribeiro, que aí estão, enfim, mesmo não pertencendo à comissão de Educação torcem e ajudam para que tudo aconteça.

Não tenho dúvidas de que não vai acontecer aqui o que acontece em outros estados da federação, mas nós não podemos pagar para ver, deputado Antônio Aguiar. Acho que o diálogo é o melhor caminho, sempre foi e sempre será, e o bom senso me parece que impera.

Há pouco, por telefone, deputado Silvio Dreveck, falava com o secretário Eduardo Deschamps, que, em Brasília, manifestou-se pela concordância em reabrir as tratativas, as negociações. Com isso, o governo, parece-me, passa uma credibilidade, deputado Ismael dos Santos, no sentido de não fugir ao diálogo, à conversa, pois é através dela que vamos encontrar um caminho.

Gostaria também de fazer referência que, ontem, na reunião da comissão de Constituição e Justiça, houve um debate em torno da interiorização da Udesc, em Santa Catarina. O nosso presidente da comissão, deputado Mauro de Nadal, deputado Silvio

Dreveck, como líder do governo, e outros deputados, estiveram lá presentes. Existem leis que foram aprovadas, obviamente, por esta Casa, e que não estão sendo cumpridas.

Nós protocolamos, hoje, um projeto de lei, cuja ementa diz que a Udesc não pode, não poderá, a partir da publicação desta lei, abrir novos cursos sem que entre em funcionamento aqueles que estão aprovados por lei, que espero, mereça dos deputados o seu voto favorável, até porque, se nós assim não procedermos, é como se rasgássemos todas as leis que foram aprovadas aqui, os deputados têm que fazer valer as suas prerrogativas e, se as leis existem e foram publicadas, elas alcançam a todos e não seria a Udesc que não iria cumpri-las.

Portanto, confio que todos os deputados, e não se trata ser desse ou daquele partido, dessa ou daquela região, devem respeitar o autor de um projeto de lei, o relator de um projeto de lei e aqueles que deliberaram nas comissões e aqui em Plenário. E aí, passa a ser uma lei dos 40 deputados. E o nosso projeto diz que nenhum curso de graduação será criado sem que se cumpra a lei. Aqui temos duas leis em 2010, outra lei anterior, criando campus no meio-oeste, criando campus e previsão de cursos lá em Palmitos e até agora, depois de anos, nada. Com o maior respeito que eu tenho, e admiração, como cidadão catarinense, por essa instituição que é uma das melhores do país em ensino superior gratuito, quero aqui dizer e fazer um apelo aos amigos, aos colegas deputados, de que aquilo que se aprova aqui deve ser respeitado, seja pela Udesc, seja por qualquer cidadão ou por qualquer instituição.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. está sempre preocupado com a educação superior, em levar benefícios para todo o estado de Santa Catarina, sobretudo para o meio-oeste e oeste do estado. Concordo com v.exa. que a Udesc é uma das melhores universidades do Brasil e é o nosso orgulho, e concordo também que nós temos que cumprir a Lei da Interiorização.

Percebo ao longo dos anos a Udesc tem procurado cumprir, porque ela está praticamente em todas as regiões. Talvez ali no meio-oeste ou no extremo oeste precisássemos intensificar um pouco mais as ações da nossa universidade.

Quería fazer um apelo para que pudéssemos, na comissão de Constituição e Justiça, dar celeridade à aprovação do projeto que concede reajuste para os servidores da nossa universidade, já que eles têm orçamento próprio. O governo construiu esse projeto, mandou para esta Casa e, se pudéssemos dar celeridade nas comissões e aprovar no Plenário, entendo, seria de muito bom grado para o Parlamento, sobretudo para a universidade.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Nós no meio-oeste de Santa Catarina estamos realmente desassistidos, não estamos cobertos por essa universidade tão importante. Então, ou ampliamos essa rede ou temos que encontrar alternativas para beneficiar outros alunos que não têm acesso ao ensino universitário gratuito. É um grave problema, uma distorção, uma injustiça que nós precisamos corrigir.

O Sr. Deputado Natalino Lázare - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VADIR COBALCHINI - Pois não!

O Sr. Deputado Natalino Lázare - Parece-me que por não termos, quem sabe, a praia, por não termos shoppings, enfim, por não termos da capital, não recebemos a mesma boa vontade.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Era isso, sr. presidente.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Findo o horário destinado aos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Findo o horário destinado aos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do projeto de Conversão em Lei n. 0199/2015.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0028/2015, de autoria do deputado Gean Loureiro, que institui a Semana Estadual da Orquídea Laelia Purpurata.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e a de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0422/2011, de autoria do deputado Ismael dos Santos, que institui a Semana de Prevenção ao Aborto no Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Saúde e de Direitos Humanos.

Em discussão.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, srs. deputados e sras. deputadas. Eu quero agradecer a primeira votação e, agora, vamos para segunda do Projeto de Lei n. 0422/2011, que institui a Semana de Prevenção ao Aborto no Estado de Santa Catarina, a ser celebrada no mês de maio na semana que antecede ao Dia das Mães.

Eu quero deixar explícito aqui, sr. presidente, que pessoalmente temos uma posição pontual, consolidada em relação ao aborto, somos e sempre seremos pela vida, mas o projeto não diz ser contra ou a favor ao aborto, até para que o nosso povo catarinense entenda, o projeto pretende promover o debate, a orientação e a prevenção à gravidez não planejada, essa é a perspectiva do projeto.

Portanto, a criação da referida semana vem para adotar campanhas pela ocasião da data, provocar o debate, a reflexão, a educação, podendo contribuir para a redução do número de casos de gravidez.

É bom lembrar que hoje o aborto é um problema de saúde pública e que, portanto, envolve os três Poderes. Hoje, o Brasil é o quinto maior causador de mortes maternas devido ao aborto, que tem não apenas o custo

financeiro, mas o alto custo emocional. Em 2013 foram 700 mil abortos induzidos no Brasil. Por tudo isso entendemos ser muito importante da tal semana.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0068/2015, de origem governamental, que autoriza a concessão de uso de imóvel no município de Iraceminha (regularização da ocupação pela Apae).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e a de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0065/2015, de autoria do deputado Ismael dos Santos, que declara de utilidade pública a Associação dos Familiares e Amigos dos Dependentes Químicos - Afadeq -, de Alto Bela Vista.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e a de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0129/2014, de autoria do deputado José Nei Ascari, que declara de utilidade pública a Associação dos Amigos dos Autistas de Imbituba - Amai.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e a de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0013/2015, de autoria dos deputados Padre Pedro Baldissera e José Nei Ascari, que concede título de cidadão catarinense ao dr. Homero de Miranda Gomes, *in memoriam*.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0311/2015, de autoria do deputado Darci de Matos; 0319/2015, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0320/2015, 0321/2015 e 0322/2015, de autoria do deputado Luiz Fernando Vampiro; 0323/2015, 0324/2015, 0325/2015, 0326/2015 e 0327/2015, de autoria do deputado Patrício Destro; 0328/2015, de autoria do deputado Leonel Pavan; 0329/2015 e 0330/2015, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0331/2015, de autoria da deputada Ana Paula Lima; e 0332/2015, de autoria do deputado Gabriel Ribeiro.

Comunica, igualmente, que defere de plano os Requerimentos n.s: 0337/2015 e 0338/2015, de autoria do deputado Darci de Matos, 0339/2015, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0342/2015, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0343/2015, 0344/2015, 0345/2015, 0346/2015, 0347/2015, 0348/2015, 0349/2015 e 0350/2015, de autoria do deputado Patrício Destro; 0351/2015, de autoria do deputado Luiz Fernando Vampiro; 0352/2015, de autoria do deputado Leonel Pavan; 0353/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0355/2015, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0356/2015, de autoria do deputado Gabriel Ribeiro; 0359/2015, de autoria do deputado Rodrigo Minotto.

Requerimento n. 0354/2015, de autoria do deputado Manoel Mota, que solicita o envio de mensagem ao presidente do TCU, solicitando a realização da vitória nas obras da BR-101, e que informe se os itens constantes do contrato estão sendo cumpridos pelas empreiteiras especialmente quanto à espessura da camada asfáltica.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0053/2015, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada ao governador e ao secretário de estado da Segurança Pública, apelando para que agilize o processo de nomeação dos aprovados no concurso público do IGP, homologado em dezembro de 2014.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0054/2015, de autoria do deputado João Amin, a ser enviada ao ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão e ao superintendente da secretaria do Patrimônio da União, apelando para que, enquanto pendente o julgamento do recurso extraordinário 636.199, abstenham-se de continuar o procedimento demarcatório da LPM de 1.831.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0102/2015, de autoria do deputado Valmir Comin, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário de estado da Saúde, solicitando informações acerca das cirurgias bariátricas realizadas, não realizadas e previstas pelo SUS, no período de 2013 a abril 2015.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0103/2015, de autoria do deputado José Milton Scheffer, a ser enviado aos secretários de estado da Casa Civil e da Infraestrutura, solicitando informações acerca dos trâmites para efetivar a estadualização da Estrada Geral do Gaspar Alto, trecho que liga Guabiruba a Blumenau, incorporando à SC-420.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0104/2015, de autoria do deputado Patrício Destro, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações acerca do início das obras na SC-477, ligando os municípios de Papanduva e Doutor Pedrinho.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0105/2015, de autoria do deputado Manoel Mota, a ser enviado ao governador e ao secretário de estado da Infraestrutura, solicitando informações acerca do andamento, custos e previsão de conclusão da obra de pavimentação da rodovia SC-450, que liga Praia Grande/SC a Cambará do Sul/RS.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0106/2015, de autoria do deputado Manoel Mota, a ser enviado ao governador e ao secretário de estado da Infraestrutura, solicitando informações acerca do andamento, custos e previsão de conclusão da obra de pavimentação asfáltica da rodovia SC-407, que liga o município de São Martinho a Imarú.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0107/2015, de autoria do deputado Manoel Mota, a ser enviado ao governador e ao secretário de estado da Infraestrutura, solicitando

informações acerca da não execução da pavimentação asfáltica da rodovia SC-390, que liga o município de Pedras grandes a Orleans.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0108/2015, de autoria do deputado Valmir Comin, a ser enviado ao governador e ao secretário de estado da Saúde, solicitando informações acerca do número de cirurgias de reconstrução mamária realizadas pelo SUS de janeiro de 2008 a abril de 2015, quantas estão previstas e quais os procedimentos pós-operatórios e de suporte são oferecidos pelos hospitais no estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o deputado Dirceu Dresch, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Quero cumprimentar o sr. presidente, todos que nos acompanham, srs. parlamentares, deputadas e deputados. Anteriormente, solicitei um aparte ao deputado Maurício Eskudlark apenas para dizer que o PT não tem acordo com as indústrias de painéis que foram batidas ontem, à noite, porque a maioria dessas painéis são importadas, custam quase R\$ 2 mil cada. E hoje muitas empregadas não acharam as painéis para fazer o almoço.

Mas quero também dizer a v.exa. que na questão partidária é muito delicado entrar nessa seara, porque o seu partido já mudou muitas vezes de nome. Mas não é este o debate, queremos continuar, com muita tranquilidade, transformando este país, e como esta semana o julgamento e a comprovação do acidente da TAM, em São Paulo, quando falaram que o nosso partido era o responsável, e agora se provou o contrário. Há tanta coisa neste país que ainda com certeza vamos provar o que está se falando de bobagem contra o nosso partido e o povo brasileiro vai compreender.

E quero citar mais um exemplo ocorrido em Florianópolis, deputada Ana Paula Lima, com relação aos combustíveis, e olha só o que fizeram. Logo no início do ano quando o governo permitiu R\$ 0,23 de aumento nos combustíveis, teve muitos postos de gasolina que por complô aumentaram R\$ 1,00 por litro de gasolina, e em Florianópolis chegaram a cobrar R\$ 3,50 e R\$ 3,60 pelo litro da gasolina, e hoje muitos postos de gasolina, quando se vai abastecer o carro, estão cobrando R\$ 2,60, R\$ 2,70 até R\$ 3,00.

Então, é isto que ocorre neste país, esses desmandos conduzidos por um grupo radical, que não quer aceitar o nosso governo, as transformações do país, que não quer reconhecer algumas coisas.

Mas quero falar sobre Santa Catarina, falar muito hoje sobre educação, sobre a luta dos servidores do Poder Judiciário. Hoje, pela manhã, encaminhamos um

requerimento para a comissão de Finanças e Tributação sobre a realização de uma audiência pública para se discutir a real condição do Poder Judiciário Catarinense sobre uma política salarial, plano de salários e cargos para a categoria do Poder Judiciário.

E entendemos que há um conjunto de ações por parte do Tribunal de Justiça que, na nossa avaliação, incendeia e indigna mais a categoria, pois representantes do referido tribunal, em vez de se dialogar, voltam para antigos métodos, alguns inclusive de pressão, que se usava na ditadura militar, como tirar salários, reduzir 30% dos salários dos servidores, quando, por lei, no máximo pode-se reduzir 10%. Vamos ter milhares de ações na Justiça, mais de seis mil, contra essa decisão.

Também a decisão de que os trabalhadores do Judiciário têm que ficar 200m longe dos tribunais, na nossa avaliação, não contribui para o processo de debate democrático entre o Tribunal de Justiça e a categoria.

Então, precisamos e queremos que se construa um diálogo franco e aberto com a representação dos servidores da justiça e o Tribunal de Justiça. E o mesmo nós cobramos, por inúmeras vezes, nesta tribuna, com relação à greve dos professores.

Eu hoje conversando com um conjunto de professores, de educadores, estou convencido de uma situação. Se o governo do estado, o governador Raimundo Colombo e o secretário de Educação, Eduardo Deschamps, apostam que vai ter ganhador e perdedor nessa questão da mobilização dos professores, que vai reduzir o movimento e que vai ter menos educadores em greve, isto não significa que professores irão voltar à sala de aula tranquilos e contentes novamente.

Pelo contrário, isso traz um prejuízo violento para a Educação em Santa Catarina.

Então, não tem jeito, porque os trabalhadores não vão voltar de mãos abanando. Ou o governador do estado sinaliza uma proposta concreta para os trabalhadores ou a educação de Santa Catarina ficará ainda mais comprometida. Pode ser que o governo esteja apostando no caos da Educação. Talvez seja uma estratégia do estado mínimo, da privatização e do desmonte da educação pública.

Não queremos que isso aconteça. Defendemos a educação de qualidade, educação para que o nosso estado, que tanto falam que não tem problemas sociais, mas está aí o problema da segurança pública e todos os municípios gritando. Ontem foi a vez de Criciúma e região; temos o problema da saúde e vimos os hospitais reclamar que não estão recebendo repasse do estado. E estamos vendo e vivendo esse sério problema da educação.

Então, mais uma vez estamos aqui cobrando para não vermos a educação de Santa Catarina ir cada vez mais para trás por falta de decisão política do estado de fortalecer a educação, começando pelo bom tratamento dos trabalhadores em educação. E para isso também não pode, praticamente a metade dos trabalhadores em educação ser ACTs. Precisamos de concurso público e que se construa uma carreira na educação, porque ser professor não é ter um bico, não podemos brincar com nossas crianças, porque o estado precisa se quiser continuar se desenvolvendo no futuro, de qualidade na educação. As famílias precisam colocar seus filhos numa escola pública e têm direito de ter uma educação de qualidade, que seus filhos sejam bem tratados nas escolas, bem valorizados e encaminhados para sua vida.

Como pai, que tenho minha filha na escola pública e todas as minhas filhas estudaram em escolas públicas, sempre trato esse assunto com muito carinho e seriedade para que nossos filhos sejam bem encaminhados na vida. E é isso que cobramos, ou seja, além da estrutura, da condição de trabalho, precisamos valorizar os educadores.

Por isso, o secretário Deschamps continua insistindo em não conversar ou dialogar. É impossível, e isso o governo precisa se convencer, que os trabalhadores voltem para as salas de aula sem nenhum aceno concreto, porque em 2011 e 2012 já não cumpriram o acordo feito com os trabalhadores. Naquele momento os trabalhadores deram um voto de confiança para o governo, querendo dizer que estavam voltando, mas queriam negociar, hoje não há mais esse crédito.

Então, é necessário que haja uma condição muito concreta e isso se espera do governador. Esperamos, sr. presidente, que esta Casa possa contribuir. Sei que há um conjunto de deputados já fazendo sua parte, mas que toda Casa consiga perceber este momento dramático que vive a educação de Santa Catarina.

Podem dizer que há poucos professores em greve! Não interessa, pois quem voltou para a sala de aula semana passada ou esta semana não está satisfeito dentro da sala de aula. Está dando aula, mas voltou? Voltou insatisfeito e isso é muito ruim para a educação. Por isso, não há ganhadores e nem perdedores nessa história! Quem perde, neste momento, é a sociedade catarinense, especialmente as nossas crianças e os trabalhadores da Educação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Serafim Venzon, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O Sr. Deputado Dr. Vicente Caropreso - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dr. Vicente Caropreso.

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Sr. presidente e srs. deputados, hoje a comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente aprovou o envio de uma solicitação a sra. secretária Ada de Luca, solicitando esclarecimentos sobre quais as estruturas de proteção à Criança e ao Adolescente, que pertencem ao estado estão em funcionamento; quais estão previstas para reformas e melhoramentos e também do quadro funcional das mesmas.

Nós temos visto aí algumas dificuldades em alguns locais, em algumas cidades, algumas emblemáticas, que causaram até repercussão estadual, justamente como ocorreu na cidade de Criciúma, e precisamos ter acesso a essas informações para que possamos nos manifestar com mais intensidade.

Essas informações já foram solicitadas pessoalmente, porém, como não chegou as nossas mãos esse tipo de informação, estamos fazendo a solicitação por escrito e também através do plenário desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Com a palavra o próximo orador inscrito, o sr. deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, quero cumprimentar de forma especial o sr. deputado Dr. Vicente Caropreso, por estar

fazendo esse encaminhamento através da comissão Especial da Criança e do Adolescente, da qual ele é o presidente, justamente para melhorar a questão dos investimentos por parte da secretária da Justiça e Cidadania, no sentido de tentar recuperar um grande número de adolescentes que, infelizmente, hoje, temos em diversos municípios de Santa Catarina, os chamados Cases, Caseps, a família de apoio. Enfim, os programas todos que temos de auxílio para recuperação.

Então, com certeza, vamos precisar do empenho do governo através da secretária de Justiça e da Cidadania. Essa comissão sob a Presidência de v.exa., dará encaminhamento para buscar uma solução para esse problema que é grave.

Mas gostaria também de saudar todos os catarinenses que nos acompanham pelos nossos meios de comunicação e, de uma forma muito especial, o coronel Edison Rui da Silva Castilho, que é o presidente da comissão de Leilão do Detran. Aliás, um local que eu acredito que os deputados aqui têm visitado pouco e, oportunamente, quero tentar fazer um convite ao coronel para vir aqui colocar o trabalho que faz essa comissão de leilão do Detran e os resultados que vem tendo nos últimos anos. Em Santa Catarina temos aproximadamente mais de quatro milhões de veículos circulando, ou um grande número circulando, e em torno de 700 a 800 mil estão retidos por alguma justificativa nas blitz, porque tem o atraso do licenciamento, o atraso do pagamento das taxas e acabam ficando retidos e, muitas vezes, esse carro retido acaba sendo excluído da economia, ele para de servir como carro, de levar alguém, ele para de consumir o combustível, os pneus, as autopeças. Ou seja, saí do mercado, ele deixa de contribuir com as taxas de licenciamento. Quer dizer, um carro parado no estacionamento porque foi detido e o seu dono não vai buscá-lo por alguma razão, enquanto o governo deixá-lo, este veículo está excluído da nossa economia. Quer dizer está fora da economia.

Então, é importante que haja o processo de reinserção desse bem, desse veículo, justamente para passar a fazer parte da economia da cidade e do estado.

Então, hoje, visitando a comissão de Leilão do Detran, cause-me, com certeza, um encanto e surpresas com alguns resultados que eu não imaginava que estivessem ocorrendo.

Gostaria de registrar rapidamente a presença do sr. Maurício, empresário lá de Brusque, que acompanha os trabalhos aqui na Assembleia. Obrigado pela presença.

Então, estamos acostumados a passar em frente a estacionamentos de retenção de veículos e ver um grande número de veículos parados. Dá a impressão de que o governo não aproveita isso, que poderiam ser usados para atender hospitais, Apaes, associações assistenciais, ou buscar outro aproveitamento melhor. E aí vem a surpresa! Justamente do ano 2003 ao ano 2010, que corresponde a oito anos de governo, no caso o governo Luiz Henrique, houve, digamos, a reorganização para começar a fazer um reaproveitamento melhor, a fazer esse processo de reinserção. Nos oito anos se conseguiu leiloar, ou seja, foram vendidos para outros, através dos leilões, seja como veículo ou como sucata, 17.141 veículos. E essa venda gerou aos cofres do estado R\$ 12.605.878,50. Isso em oito anos. Mas esse era o momento em que o governo estava organizando-se para fazer esse processo de reinserção.

Do ano 2011 até 2014, justamente sob a coordenação do atual presidente dessa comissão de Leilão, que organizou o estado e ainda está organizando para melhorar ainda mais, em 2011 conseguiu fazer 15 leilões, e nesses 15 leilões vendeu, no caso, botou em circulação, leiloou, 5.459 veículos, ou como sucata, ou como veículo, gerando para o estado R\$ 7.158.570,00.

Em 2012, conseguiu fazer dez leilões. Houve o leilão de 3.636 veículos e entrou para o estado R\$ 3.990.965,00.

Em 2013, já mais organizado, pulou para 32 leilões, foram 14.855 veículos, e gerou para os cofres estaduais R\$ 17.199.879,10.

Em 2014, conseguiu fazer 32 leilões em várias regiões, foram leiloados 21.444 veículos, e entrou R\$ 21.459.730,77. Totalizando, nos últimos quatro anos, a reinserção no mercado de mais de 45 mil veículos, ou transformar em sucata. O que não valia nada, o que não servia para nada, foi vendido e entrou em algum lugar como sucata, mas passou a ter uma serventia e uma utilidade econômica, repito.

E o total são R\$ 49.809.144,87 que, através do leilão, colocou-se nos cofres públicos e, naturalmente, dali para frente passou então a ter sua serventia em nível de estado.

Então, queria destacar esse movimento que vem crescendo e acredito que será melhorado à medida que buscarmos a flexibilização das leis, porque grande número de veículos é retido por questões judiciais. O carro que está envolvido num crime, enquanto não decide toda questão criminal, fica lá detido.

Por exemplo, seria o mesmo que dizer que uma pessoa, que foi baleada e morreu no crime, ficasse guardada no frigorífico até resolver todo o julgamento, até seria interessante, mas a pessoa é sepultada.

O carro fica lá no estacionamento parado não servindo para nada, não pagando mais o IPVA, não pagando mais o licenciamento, ou seja, fora da economia, por quatro ou cinco anos. E naturalmente, ao fim do julgamento, do processo inteiro, não valerá mais nada, apenas como sucata ou ainda ser vendido como ferro velho.

Tudo isso vai depender da nossa capacidade de flexibilidade.

Faço um pedido aos prefeitos para que aconteçam esses leilões e que haja esse processo de reinserção, pois os municípios precisam estar integrados ao sistema.

Dos 295 municípios, apenas 88 tem o convênio com o Detran, com a Polícia Militar, com a SSP, que tem o processo de municipalização, que tem o pátio para poder fazer o leilão. O governo do estado está fazendo a sua parte, mas precisamos ter o apoio do Poder Judiciário para dar agilidade. E também precisamos ter o apoio dos prefeitos, das Câmaras de Vereadores, justamente para fazer esse convênio com o Detran, para podermos promover esses leilões e os carros poderem voltar à economia ou para os próprios donos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - A próxima oradora inscrita é a deputada Ana Paula Lima, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, a minha manifestação é sobre o fato de que vivemos um momento onde várias notícias negativas permeiam as nossas vidas e, de repente, não enxergamos o que há de bom acontecendo.

Ontem, tivemos o programa do nosso partido, do PT, e em alguns locais teve aquele painel. Mas eu não vi nenhum painel para defender os professores do Paraná que apanharam da polícia e que foram machucados; também não vi nenhum painel na defesa dos nossos professores aqui do estado de Santa Catarina; nenhum painel na defesa dos nossos funcionários, servidores do Judiciário de Santa Catarina. Temos que voltar os nossos olhos para as coisas boas.

Essa é a minha fala de hoje, primeiramente falando sobre um artigo que li na *Folha de S.Paulo*, de um sociólogo, chamado Domenico De Masi, italiano, que afirmava coisas que, às vezes, a gente não enxerga, mas que estão à frente dos nossos olhos e que, de repente, não queremos enxergar. Ele diz: "Hoje a presidenta Dilma é vítima de uma vingança neoliberal. Aécio Neves perdeu as eleições, parece que ainda não se conscientizou disso, e o movimento neoliberal se voltou contra a presidenta Dilma, que não é pior do que os outros presidentes que passaram pelo nosso país, tendo em vista as grandes mudanças que aconteceram também no nosso país."

A corrupção sempre existiu e agora as medidas estão sendo tomadas. Parece que não querem enxergar isso. O Brasil tem mil problemas e há um grande desencontro entre o Brasil real e o Brasil intelectual. Que desencontro é esse? O Brasil tem uma taxa de desemprego que é um terço da italiana ou metade da norte americana. Um terço do que é na Europa ou nos Estados Unidos. Mas espera-se um aumento.

No Brasil é assim, se algo vai mal, vai mal; se algo vai bem, no futuro vai piorar. É essa a mentalidade. Esse é um pensamento típico dos brasileiros confrontados com a realidade, essas ideias não param de pé.

Diz Domenico De Masi, que terminou uma pesquisa com 11 intelectuais brasileiros sobre como estará o Brasil no ano de 2025. Grande parte desses intelectuais é pessimista.

O PIB brasileiro é o sétimo do mundo, à frente da Itália e da Inglaterra. O Brasil está em quinto em produção industrial; está em terceiro lugar em acesso à *internet*, atrás dos EUA e da Suécia. Ou seja, o Brasil ocupa posições de primeiro mundo, mas os brasileiros ainda se enxergam como um país de terceiro mundo.

Quando esses mesmos intelectuais foram confrontados com dados reais, eles se mostram mais otimistas do que quando discutiam entre si. Os brasileiros, diz esse sociólogo, têm complexo de vira-lata.

Nós estamos bem em relação aos outros países do mundo!

Primeiro nós evidenciávamos os Estados Unidos, muito melhor do que eles, muito melhor do que a Europa, erradicamos a miséria em nosso país, demos a oportunidade de trabalho. Hoje temos uma frota de carros grandes, temos pleno emprego, comida na mesa e, apenas para destacar manchetes de jornais do mês de abril deste ano.

(Passa a ler.)

"O Brasil conseguiu praticamente erradicar extrema pobreza, diz relatório do Banco Mundial.

- Valor Econômico, diz: Dólar cai abaixo de R\$ 2,90 pela primeira vez em dois meses.

- Após três meses em queda, criação de empregos volta a crescer, mostra Caged."

Notícias positivas que não queremos enxergar.

(Continua lendo.)

"Empregos em SP, RJ, DF, BH e Salvador abrem mais de 19 mil vagas de trabalho. Somente em São Paulo são 17 mil oportunidades.

- Mais de 3 milhões de famílias deixam voluntariamente o Bolsa Família."

Programa que é do governo federal, que dá renda para as pessoas quando as mesmas conseguem sustentar suas famílias, ou montam empreendimentos, elas deixam voluntariamente o programa.

(Continua lendo.)

"O Saneamento básico cobre 84% dos domicílios urbanos do país. Em dez anos, número de domicílios servidos por redes coletoras de esgotos ou fossas sépticas passou de 32,8 milhões para 47,3 milhões."

Notícia positiva.

(Continua lendo.)

"Passageiros aprovam maioria dos aeroportos brasileiros."

Tinha época que o pobre não podia viajar, hoje os aeroportos estão cheios porque as pessoas têm a oportunidade de viajar de avião e os aeroportos estão sendo modernizados e os brasileiros estão aprovando.

(Continua lendo.)

Em Santa Catarina, o aeroporto de Jaguaruna é inaugurado nesta segunda (27), mês de abril, depois de quase 20 anos."

Notícia positiva. Se há gente viajando o aeroporto está operando.

(Continua lendo.)

"Na área da educação 90% das obras de expansão das universidades foram concluídas, diz a Controladoria-Geral da União.

O Tesouro Nacional diz que o *superávit* primário mostra reversão de tendência.

A ONU diz que brasileiras estão em situação melhor no mercado de trabalho."

As mulheres estão acessando. Isso é o Brasil. São políticas públicas do governo federal.

O UOL diz o seguinte:

(Continua lendo.)

"Número de brasileiros com celular cresceu 131% em oito anos - 30/04/2015.

Em pesquisa, o IBGE mostra que 50% usam o celular e o *tablet* para acessar a *internet*.

O *Estadão* diz que acesso à internet avança entre os idosos, pessoas sem instrução e de baixa renda, porque o poder de compra do salário mínimo, agora é real.

O setor atacadista registra crescimento de 14,19% em março. O segmento de fármaco e cosmético registraram alta de 10,4% com ganhos de R\$ 17,2 bilhões, seguidos no varejo independente que cresceu cerca de 6.6%."

Notícia positiva para o mês de abril.

A produção do pré-sal cresceu 70% em março. E isso os nossos noticiários não falam, pelo menos nas redes de televisão, porque é mais fácil, falar de notícia negativa, porque vende mais do que as notícias positivas, até para colocar a autoestima do brasileiro em alta.

(Continua lendo.)

São Paulo bate recorde com 15 milhões de turistas no ano de 2014. Santa Catarina também não foi diferente este ano e também no mês de abril foi registro positivo, tanto é que na cidade de Balneário Camboriú está faltando mão de obra para trabalhar neste setor, de tanta demanda que acontece durante todo este ano.

Na área da infraestrutura, esse é o maior grupo cervejeiro que confirma que investimento de R\$ 3 bilhões esse ano e esse

setor de cervejas continua otimista também na sua avaliação de mercado.

Na área de infraestrutura, senhores deputados, a água para todos garante abastecimento de 5 milhões de pessoas no semiárido.

O jornal *Notícias do Dia*, aqui de Santa Catarina, confirmou que a presidenta Dilma Rousseff quando esteve aqui liberou R\$ 28 milhões do governo federal para atendimento às pessoas que moram no oeste de Santa Catarina, nas cidades de Xanxerê, Ponte Serrada e Faxinal dos Guedes.

O desemprego do Brasil está abaixo do índice dos países europeus.”

Então, srs. deputados, público catarinense, e a imprensa que nos acompanha. Notícias positivas que eleva, sim, o otimismo do brasileiro. Temos que acreditar em nosso país. O nosso país é maravilhoso, é importante estar aqui e temos, sim, que enaltecermos cada vez mais as boas ações, as coisas boas, que os brasileiros e as brasileiras, têm construído juntos.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - O próximo orador inscrito para falar é o deputado Kennedy Nunes, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente deputado Mario Marcondes, srs. deputados.

Faço questão de trazer a esta tribuna uma matéria do jornalista Alex Paiva que mostra, deputado Manoel Mota, um pouco sobre a tão falada festa que aconteceu durante esta semana em Camboriú, dos Gideões Missionários. E na quinta-feira o governador Raimundo Colombo esteve participando da abertura oficial.

No domingo esta Casa esteve representada pelo presidente o deputado Gelson Merisio, junto com o deputado Leonel Pavan.

Na quinta-feira foi a vez de eu estar junto com o deputado Ismael dos Santos.

E essa festa é tão falada, não apenas por conta da multidão, não pelos quase 150 mil pessoas que passam pelos dias de festa em Camboriú, mas também pelo tamanho do projeto social que é a entidade Gideões

Missionários da Última Hora, presidida pelo pastor Cesino Bernardino na cidade de Camboriú.

Então, quero passar em vídeo uma matéria que foi feita pelo jornalista Alex Paiva que fala sobre a abertura e o tamanho desse evento que acontece na cidade de Camboriú.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

Eu acho que este vídeo, sr. presidente, também mostra, deputado Cesar Valduga, o tamanho que é e o que faz essa extraordinária missão dos Gideões Missionários da Última Hora.

Eu tenho grande satisfação, sr. presidente, porque a minha família foi a primeira a ser enviada para o exterior como missionária, isto aconteceu em 1973 e eu tinha apenas três anos de idade. E nós temos o grupo musical há 42 anos, e participamos desse evento desde a primeira edição. Então, são 33 anos acompanhando essa obra fantástica que faz os Gideões Missionários da Última Hora.

Por isso, quero parabenizar a prefeita Luzia Coppi Mathias, porque a prefeitura de Balneário Camboriú sempre recebe todas as pessoas desse evento, e como já disse são mais 150 mil pessoas que passam pela cidade. Também quero agradecer e parabenizar o trabalho fantástico feito pela Polícia Militar, pela Polícia Civil, pela equipe da Saúde, pela coordenação do evento, porque quase triplica a população de Balneário Camboriú, deputado Mario Marcondes, nesses dias de festa, e quando se vê o relatório das incidências que tem que ter a ação do poder público através da Segurança Pública no evento, não se imagina, e quase não se acredita que em tantos dias de festa com tantas pessoas, tenham ocorrido tão poucas incidências, apenas pequenos furtos de carteiras, alguns punhuistas que vem, e também alguns casos de roubo de carro.

Mas mesmo assim, pelo tamanho da festa a violência foi bem menor do que poderia ter sido em outra festividade.

Deputado Cesar Valduga, é impressionante as divisas que o estado recebe

com essa gente. Imagine que muitas pessoas se hospedaram em Joinville, porque toda rede hoteleira na região de Camboriú estava lotada, pois teve aquele feriado com tempo bom e toda região da praia de Balneário Camboriú, Penha, Piçarras, Itapema, Porto Belo, Itajaí, estava lotada. Houve gente se hospedando em Barra Velha e até em Joinville, como falei, porque toda rede hoteleira estava ocupada.

Além disso, aconteceu enorme movimentação nos bares, restaurantes, comércio em geral. E os alvarás que a prefeitura concedeu para os comerciantes fizeram as vendas nas ruas chegar quase ao valor do que a prefeitura arrecada o ano inteiro de IPTU. Imaginem a força comercial que tem esse evento que acontece naquela região.

Quero agradecer ao governo do estado, que mais uma vez foi parceiro desta festa, porque, com certeza, além de estar desenvolvendo toda essa parte econômica, o governo também acredita que uma festa como essa que mexe com a espiritualidade, com o social traz um bem enorme para a nossa gente.

Então, parabéns à prefeitura, ao governo do estado e a todos que estiveram reunidos, ao pastor Cesino Bernardino e a todos os membros da coordenação que fizeram desta festa uma das maiores realizadas até hoje.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Parabéns, deputado Kennedy Nunes. Certamente é através da espiritualidade que vamos mudar a vida da nossa sociedade tão conturbada nos últimos anos.

Não há mais oradores inscritos em Explicação Pessoal.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária para amanhã à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário. Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA PRESIDÊNCIA DL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 036-DL, de 2015

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, com amparo no art. 65, inciso VI, alínea "I" do Regimento Interno e na Resolução nº 005/2005, no uso de suas atribuições INCLUI o Deputado Dr. Vicente Caropreso como membro da Frente

Parlamentar Catarinense das Ferrovias, com o objetivo de promover estudos, debater e acompanhar as discussões relativas ao tema, de interesse social, econômico e político, em prol do desenvolvimento da sociedade catarinense.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 18 de junho de 2015.

Deputado GELSON MERISIO

Presidente

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL.

Às dez horas do dia vinte e seis de maio do ano de dois mil e quinze, na Sala de Imprensa, sob a Presidência do Deputado Natalino Lázare, com base no parágrafo 1º do art. 123 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da Reunião Ordinária da Comissão de Agricultura e Política Rural. Estavam presentes na reunião os Deputados Gabriel Ribeiro, Cesar Valduga, Dirceu Dresch e José Milton Scheffer. Primeiramente o Presidente Deputado

Nalino Lázare cumprimentou a todos, a seguir passou a palavra ao Deputado Gabriel Ribeiro, que cumprimentou o Presidente e os demais presentes na reunião, bem como os servidores da casa, parabenizando a Comissão de Agricultura e Política Rural por sua destacada atuação na casa legislativa e também pela iniciativa do Presidente pela reunião que reuniu várias entidades voltadas ao Agronegócio Catarinense, o que mereceu o aparte do Presidente agradecendo a participação de todos os membros da Comissão, pois é a essência dos trabalhos da mesma. Em seguida passou a palavra ao Deputado Cesar Valduga, que cumprimentou o Presidente e agradeceu e elogiou os servidores da casa, principalmente os funcionários da Comissão de Agricultura e Política Rural pelo importante trabalho realizado e que muito irá contribuir durante esta legislatura. O Presidente solicitou ao Deputado

Gabriel Ribeiro que relatasse os encaminhamentos já tomados na audiência pública realizada em Lages sobre a questão dos Javalis, neste momento chegou o Deputado Dirceu Dresch, e o Presidente pediu licença ao Deputado Gabriel Ribeiro e passou a palavra ao Deputado Dirceu Dresch para suas considerações iniciais, o qual saudou a todos e justificou o seu atraso na reunião, em função de presidir a Comissão de Direitos Humanos, e que estava vindo diretamente do alojamento dos imigrantes Haitianos e Senegaleses que chegaram a Florianópolis oriundos do Estado do Acre. O Deputado Dirceu Dresch disse que ficou contente com o que viu, que todos estão bem acomodados e foram bem recebidos, inclusive por empresários, mas demonstrou preocupação com a maneira como estão se deslocando para o sul do Brasil, inclusive o Deputado disse que irá a Brasília para tentar amenizar este impacto. A seguir o Deputado Gabriel Ribeiro passou a discorrer sobre os encaminhamentos da audiência pública, disse que formaram um grupo de trabalho e já tiveram uma audiência com o comando geral da Polícia Militar Ambiental de Santa Catarina para tratar de uma força tarefa nas propriedades que tenham problemas com os javalis e, que também tiveram uma audiência com o Secretário Adjunto da Agricultura Ayrton Spies. O Deputado Gabriel Ribeiro disse que ficou marcada uma reunião para o dia vinte e sete de maio às dez horas com este grupo de trabalho para tratarem de uma maneira prática de controlar os javalis. O Presidente agradeceu ao Deputado Gabriel Ribeiro pelos encaminhamentos já tomados. A seguir o Presidente passou a discorrer, resumidamente, sobre a reunião ocorrida com as diversas entidades catarinenses do Agronegócio no dia vinte e um de maio de dois mil e quinze, citando as entidades: ACAV - Associação Catarinense de Avicultura; ACCS - Associação Catarinense de Criadores de Suínos; ATASC - Associação dos Técnicos Agrícolas de Santa Catarina; FAESC - Federação da Agricultura e Pecuária de Santa Catarina; FECOAGRO - Federação das Cooperativas Agropecuárias de Santa Catarina; FETAESC - Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Santa Catarina; Coopercentral Aurora Alimentos; OCESC - Organização das Cooperativas de Santa Catarina; SEAGRO - Sindicatos dos Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina; SINTAGRI - Sindicato dos Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina; SINTAGRI - Sindicato dos Técnicos Agrícolas de Nível Médio de Santa Catarina; SINDICARNE - Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados de Santa Catarina. Neste momento chegou na reunião o Deputado José Milton Scheffer, o qual o Presidente cumprimentou e disse que logo passaria a palavra a ele, e, continuando, elogiou a grande representatividade do Agronegócio Catarinense presente naquela reunião, disse que foi criado o Fórum Permanente do Agronegócio de Santa Catarina, aprovados por todos os presentes. Ato contínuo falou que recebeu convite e participou de um fórum em Fraiburgo sobre a podridão branca do alho, na oportunidade foi solicitado a realização de uma audiência pública para tratar desta problemática, e colocou a deliberação dos Deputados, sendo aprovado por todos, apenas com a preocupação do Deputado Dirceu Dresch em que esta audiência pública se estendesse a todas as regiões produtoras de alho, prontamente respondido pelo Presidente que esta audiência pública será no âmbito estadual. A seguir passou a palavra ao Deputado José Milton Scheffer, que cumprimentou a todos e pediu desculpa pelo atraso, pois o dia de terça-feira é um dia muito corrido no parlamento, mas temos que nos adaptar a todos os compromissos, e que logo teria outra reunião em outra comissão, mas parabenizou a Comissão de Agricultura e Política Rural pelos trabalhos desenvolvidos. A seguir o Presidente passou a palavra ao Deputado Dirceu Dresch para alguma consideração sobre a reunião com as entidades do Agronegócio. O Deputado Dirceu Dresch elogiou a iniciativa da reunião, mas sugeriu a participação de algumas entidades que não estavam representadas, ou seja: a FETRACSUL entidade esta, com grande atuação no Estado dentro do sistema CRESOL, central com grande número de cooperativa de crédito e a União das Cooperativas da Agricultura Familiar, para que em uma próxima reunião do gênero, estas entidades possam ser convidadas a participar. A seguir o Presidente passou a discorrer sobre a visita que realizaram com uma equipe de técnicos aos Municípios de Foz do Iguaçu e Marechal Cândido Rondon no Paraná para conhecerem o projeto do Biogás e tiveram uma audiência com o Sr. Cicero Blei, Diretor da Usina Itaipu Binacional, considerado o pai do Biogás no Brasil, onde criaram uma instituição denominada C.I. Biogás, considerada uma escola do Biogás no Brasil, onde recebem recursos públicos. Em seguida o Presidente projetou um vídeo elaborado na sua visita com os técnicos em Foz do Iguaçu e Marechal Cândido Rondon. O Presidente falou também que a instituição C.I. Biogás com a Eletrosul estão desenvolvendo um projeto piloto de Biogás no município de Itapiranga, no oeste Catarinense, disse ainda que tomou a liberdade de marcar uma audiência com o Deputado Carlos Chiodini, Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável há quinze horas do dia corrente para mostrar o projeto e estendeu o convite a todos os Deputados membros da Comissão de Agricultura e Política Rural. O Presidente deixou a palavra livre para a manifestação dos Deputados. O Deputado Dirceu Dresch parabenizou a iniciativa do Presidente, dizendo que é o papel do parlamentar viabilizar grandes temas, e este é um tema que já vem preocupando vários segmentos do Estado há muito tempo, tendo como gargalo os custos, e sugeriu que os componentes da Comissão fizessem uma visita ao projeto de Itapiranga para verificar a viabilidade econômica

deste sistema de produção de energia, sendo que ainda é um sistema muito caro, a energia eólica já esta se tomando uma realidade competitiva, a solar ainda não é competitiva, mas com a entrada de empresas estrangeiras como Japão, França e Portugal poderá vir a tomar-se uma realidade; disse ainda que existe na casa a Fundação Científica e Tecnológica, e que faz parte como membro efetivo desta Fundação, criada a partir do projeto Sustentar, promovido pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina, e que os membros se reúnem a cada quarenta dias para discutir todo este potencial energético do nosso Estado. O Deputado José Milton Scheffer cumprimentou e parabenizou o Presidente pela iniciativa, e disse que este tema já vem sendo debatido há bastante tempo, a começar com os sistemas de Biogás, que foi uma grande evolução no Oeste e Sul do Estado de Santa Catarina, pelo menos com o tratamento dos dejetos e agora com uma demanda forte na questão de energia. O Deputado José Milton Scheffer disse que é necessário um grande estudo na legislação para a criação de amparo legal, que se seja buscado fontes de recursos internos e externos para incentivar, porque este projeto, não é só lucrativo, mas também ambiental, pois vai evitar a poluição e produzir algo bom (energia e adubo), portanto tem que se olhar este projeto como um todo, mas tem barreiras legais na área da energia, das concessionárias, da anael etc., que precisam ser rompidas, mas o tema é bastante atual e que se deve avançar neste sentido; em função de agenda adiantou que não poderá se fazer presente na audiência com o Secretário Carlos Chiodini. O Deputado Cesar Valduga parabenizou a iniciativa da Comissão em conhecer esta experiência, disse que os Deputados que o antecederam já deram sugestões na contribuição de resolver esta problemática dos dejetos de suínos dentro do Estado de Santa Catarina, pois ainda é um grande problema ambiental, mas que com o envolvimento do poder executivo, através da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca e empresas públicas como a EPAGRI e CIDASC, poderão ser encontrados mecanismos para resolver este grave problema, evitando, inclusive, o êxodo rural. O Deputado Gabriel Ribeiro parabenizou a iniciativa em trazer este projeto, o qual é de fundamental importância para o estado, e que se deve procurar parceiros como: SCGÁS, BADESC, BRDE, a iniciativa privada e outros bancos de fomento. O presidente Natalino Lázare agradeceu a todos e declarou encerrada a reunião, e eu Michelli Burigo Coan, chefe de secretaria, lavro a presente ata que será assinada por mim e os demais membros presentes.

Deputado José Milton Scheffer

*** X X X ***

Ata da 6ª Reunião Ordinária da Comissão de Agricultura e Política Rural, realizada no dia 09 de junho de 2015.

Às dez horas do dia nove de junho do ano de dois mil e quinze, na Sala de Imprensa, sob a Presidência do Deputado José Milton Scheffer, com base no parágrafo 1º do art. 123 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da Reunião Ordinária da Comissão de Agricultura e Política Rural. A reunião foi presidida pelo vice-presidente da comissão de agricultura e política rural José Milton Scheffer, visto que o presidente Natalino Lázare justificou, estando em viagem. Estavam presentes na reunião os deputados César Valduga, Dirceu Dresch e Gabriel Ribeiro. O Presidente José Milton Scheffer abriu a reunião que teve por objetivo aprovação de audiência pública. Foi aprovado o requerimento do Deputado Cesar Valduga solicitando a realização de audiência pública para debater a Sanidade Equina e o Controle do Mormo. Ficou decidido que a audiência será realizada em Chapecó, no dia dezoenove de junho de dois mil e quinze, às dezessete horas. O Presidente José Milton Scheffer agradeceu a todos e declarou encerrada a reunião, e eu Michelli Burigo Coan, chefe de secretaria, lavro a presente ata que será assinada por mim e os demais membros presentes.

Deputado Dirceu Dresch

Deputado Gabriel Ribeiro

Deputado Cesar Valduga

Deputado José Milton Scheffer

*** X X X ***

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA.

Às treze horas e trinta minutos, do dia vinte e dois de Abril de dois mil e quinze, reuniram-se sob a Presidência do Deputado José Nei Alberton Ascari, os deputados membros da Comissão: Gean Loureiro, Cleiton Salvato e Luiz Fernando Vampiro. Também estiveram presentes a Deputada Dirce Heiderscheidt e o Deputado Dr. Vicente Caropreso. Dando início aos trabalhos o Presidente da Comissão deu boas vindas à todos os Deputados presentes e registrou a presença da presidente da FCEE Senhora Rose Bartuchesk, senhora Elisete Costa Vieira, presidente da Associação dos Servidores públicos da FCEE, Senhor Júlio César de Aguiar, presidente da Federação das APAES, Jairo da Silva, presidente da Associação Catarinense para Integração do Cego - ACIC, Senhora Vera Lúcia Barbosa Lopes, representando a presidente Marlete Grandó, presidente da Associação Catarinense de Autismo - ASCA e dirigentes da APAE de Rio do Sul e da APAE de Blumenau e demais presentes O presidente deu segmento com a ordem do dia com a leitura dos processos decorrente de ofícios que encaminham a documentação de manutenção de título de utilidade pública e submeteu à

votação os pareceres de aprovação ao ofício de prestação de contas do exercício de dois mil e doze do Of./0704/13 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, de Ibirama. Foi aprovado a diligência para ofícios de prestação de contas do exercício de dois mil e treze e dois mil e quatorze, para as seguintes instituições: Of./ 0189/14 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Barra Velha, Of. 0518/14 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Bom Jardim da Serra, e o Of./ 0012/15 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Palmitos. Em seguida, o deputado Vampiro relatou os projetos de lei 0308.7/2014 de autoria do deputado Antônio de Aguiar que institui o dia estadual de prevenção de deficiências no estado de SC e o 0003.4/2015 que institui a semana estadual de prevenção das deficiências cuja autoria é do dep. José Nei Ascari. Diante deste fato, o relator pede diligência para a comissão de Constituição e Justiça para que analise a conexão e o apensamento dos projetos. Submetido a discussão e votação, o foi aprovado por unanimidade o relatório e voto dos dois projetos. O presidente da Comissão dá continuidade aos trabalhos falando da razão maior desta reunião que é a presença da presidente da FCEE Senhora Rose Bartuchesk e na seqüência chama para compor a mesa, o Senhor Júlio César de Aguiar, presidente da Federação das APAES, Jairo da Silva, presidente das deficiências cuja autoria é para Integração do Cego - ACIC, Senhora Vera Lúcia Barbosa Lopes, representando a Associação Catarinense de Autismo - ASCA. Faz menção sobre a reunião anterior a presença da professora Elisete Costa Vieira presidente da Associação dos servidores da FCEE e da senhora Marlete Grandio que preside a Associação Catarinense de Autismo - ASCA, que na ocasião, foi possibilitado espaço para estas duas lideranças manifestarem suas preocupações e ponderações com relação a FCEE, momento este atendido através de requerimento formulado por entidades na pessoa de seus respectivos presidentes a esta Comissão. Foi dado como encaminhamento o convite para o comparecimento da Presidente da FCEE, Senhora Rose Bartuchesk, para que também pudesse fazer sua manifestação no sentido de oportunizar o esclarecimento das manifestações feitas naquela ocasião. O presidente fala sobre a importância de a comissão participar não somente das discussões, mas também das ações e se for o caso, ajudar com encaminhamentos para a solução de algum problema que possa estar prejudicando as atividades desta tão importante entidade no atendimento as pessoas com deficiência do nosso Estado. O presidente oportuniza a presidente da FCEE o espaço para sua manifestação, agradecendo sua presença e afirmando que esta reunião será extremamente produtiva. A Senhora Rose Bartuchesk faz o uso da palavra cumprimentando o presidente e em seu nome os demais deputados e demais presentes e afirma que está muito feliz ao retornar depois de um ano afastada da FCEE. A presidente acredita muito e sabe que o Estado de SC pode e faz muito pelas pessoas com deficiência. Menciona que algumas coisas acompanhou dos últimos acontecimentos em relação a FCEE e que outras teve conhecimentos, outras não. Quer de uma maneira bem objetiva e bem clara, colocar que o estado de SC e é determinação do governador Raimundo Colombo que cada vez mais a gente consiga investir na pessoa com deficiência. Esse ser humano que têm direitos, e deveres também, mas é um ser humano que precisa ser valorizado, dentro da questão do trabalho, dentro da questão da lógica do estudo, do aprendizado, das nossas universidades federais, dentro das nossas APAES. Importantes parceiros no atendimento a pessoa com deficiência dentro das nossas escolas. Dentro das escolas municipais, escolas estaduais, onde a inclusão ela ainda tem em determinados momentos, sofrido um pouco de descrédito de que aquelas pessoas com deficiência não tem capacidade, o tanto quanto a gente diz que elas têm capacidade. É só um pai, uma mãe, um cuidador que tem uma pessoa com deficiência em casa sabe o quanto esta pessoa é capaz desde que a ela sejam dadas as condições para que ela possa seguir em frente e com autonomia. Cita como exemplo a história do senhor Zezinho da AFLODEF onde resume sua garra e determinação como exemplo de perseverança. Dando continuidade, a presidente continua sua fala, dando foco na FCEE afirmando que dentro da fundação tem três mil e quinhentos funcionários no estado de SC. Destes, em torno de novecentos são efetivos, e o restante todos ACTs, por isso a decisão de se fazer dois concursos. Um para o quadro civil da fundação e outro para as APAES visando aumentar um pouco o número de efetivos e diminuindo os ACT. Fala sobre a dificuldade de manter um quadro qualificado de ACTs, pois são capacitados e periodicamente estes são trocados, tendo que se realizarem novos concursos, afirmando assim, que isso é um grande problema. A fundação hoje, segundo a presidente, está distribuindo cento e vinte cinco milhões por ano de convênio, seja com as APAES, AMAS, APAS, seja com outras instituições. Afirma que é um recurso extremamente importante e que ajuda significativamente a qualidade nos serviços que nós prestamos. Continua falando que a fundação tem um centro de atendimento com atendimento diário de seiscentos educandos e afirma que é importante dizer que a fundação é um grande pólo tecnológico de informação, de capacitação, de assessoria, de acompanhamento, de prestação de serviços junto as escolas, para que se possa fazer uma inclusão de verdade, de fato e que possamos, segundo a presidente, ter um estado de Santa Catarina diferenciado. Afirma que a fundação tem problemas, mas precisamos dessa força, da união de todos pra gente resolver. Um dos grandes problemas que

a fundação atravessa é que ela está dentro de um espaço que todos nós sabemos, mais de quarenta anos de fundação, este espaço precisa ser reformado, ele precisa ser feito em muitas situações ele precisa ser demolido e feito uma estrutura nova e pra isso nós já estamos tendo contato com o nosso coordenador do Pacto por SC, o doutor Murilo Flores que inclusive hoje temos uma reunião as cinco horas da tarde, para que a gente possa estar incluindo a construção da nova Fundação Catarinense de Educação Especial dentro do Pacto por SC. A presidente se coloca a disposição para todos os questionamentos e caso não consiga responder a todas, poderá retornar em outro momento a esta comissão. O presidente da Comissão agradece e passa a palavra as Deputados presentes. O Deputado Gean Loureiro cumprimenta a todos presentes e questiona a presidente da FCEE, em função dos relatos que chegam, sobre a estrutura física que lá se apresenta. Sabe que existe o projeto de médio prazo para o novo espaço físico, mas questiona as ações concretas e imediatas vem sendo tomadas para melhores condições da FCEE no dia-a-dia? O segundo passo é que tipo de novos investimentos tem previsão o Estado de realizar seja novos convênios, novas ações, capacitações para o ano de 2015 e 2016 para esta Comissão poder colaborar, atuar junto e as piores dificuldades. Não buscamos o culpados e sim queremos a solução. O Deputado Dr. Vicente Caropreso ratificou a pergunta do deputado Gean, na situação de deputado participante. Enfatizou que esteve presente e que as condições físicas lá são críticas e o problema da drenagem causa problemas com as chuvas, causando de enchentes. A presidente Rose, respondeu que emergencialmente, nos estamos com dois projetos, da questão hidráulica e das drenagens. O terreno da FCEE é muito grande, onde funciona dez centros de atendimentos, alguns recebem mais pessoas, e outros são de tecnologia, pesquisa, estudo para o nosso próprio conhecimento e depois disseminar o conhecimento pelo Estado de SC. Esses dois projetos, a curto prazo já estão acontecendo na FCEE, pra hoje, da questão drenagem, hidráulicas que temos bastantes problemas e o emergencial, para podermos dar ao Centro de Educação e Vivência - CEVI, onde recebemos em torno de 600 pessoas por dia, esta em torno de R\$ 600.000,00 e o outro também R\$ 594.000,00 se não me engano, totalizando um milhão de investimento a curto prazo. A médio prazo, estão trabalhando no projeto para fazer o centro de atendimento aos nossos educando, novo. Nos temos terrenos que ainda não esta ocupado pela Fundação e vamos usar um desses para fazer o centro de atendimento.O CEVI esta sendo reformado, na questão emergencial, nos estaremos usando ele para trazer os outros Centros que também estão com problemas. Como o Centro de Avaliação e Encaminhamento - CENAE, Núcleo de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação - NAAHS. Vamos fazer o emergenciais, mas faremos projetos através do Pacto por SC para podermos estar construindo o centro de atendimento novo. Seguindo, a Deputada Dirce questionou a respeito dos espaços que são ocupados dentro da Fundação, que foi feito o relato pelas pessoas que trouxeram na última vez, e nos meios de comunicação, que também foi visto, de espaços que estão ocupados por outros órgãos de governo, como a prefeitura. Você me relata que agora que também tem uma área que vocês querem construir. Como que fica, se a prefeitura está usando o espaço da Fundação e a mesma quer construir? Isso não caberia a prefeitura desocupar e ocupar outro espaço, se nós estamos com uma demanda grande de reforma, uma situação precária. Fica como uma sugestão. A presidente Rose respondeu o questionamento, dizendo que estão falando da creche. Que isso foi um acordo do prefeito na época, a presidente da Associação dos Servidores da FCEE, a Elisete acompanhou e sabe como foi. Foi um acordo do Prefeito, Presidente da FCEE e com o Governador, porque não havia um espaço para o município de São José colocasse uma creche naquela região. E como a Fundação tinha esse espaço, eles dentro colocaram a creche com um percentual para filhos de servidores, pessoas com deficiência, e fizeram o acordo. Tem sido uma preocupação nossa, já tivemos três vezes em reunião com o Secretário do Municipal de Educação atual e anterior. O presidente que me antecedeu, Eliton, já esteve conversando com a Secretária Mery, eu já estive lá com uma comissão dos servidores que me acompanhou, tamanha cobrança que você sede um espaço e você recebe uma contrapartida que não estava sendo cumprida. Porém também devemos usar bastante a sensibilidade, somos mães, somos mulheres, mas eu já dei um prazo para o município de São José se preparasse para uma nova construção, uma nova creche. Claro, que os pais dos alunos da creche da Fundação querem que seja nas imediações. A prefeitura alega que não tem terreno, que não tem dinheiro, não tem condições de construir uma creche hoje, que o estado de SC tem que esperar. Inclusive a última resposta que recebi foi que ser precisamos ir ao Governador pra conversar com ele para que se a creche fique dentro da Fundação iremos. Esse assunto está sendo tratado com muita responsabilidade e delicadeza, nos estamos falando de crianças que estão lá dentro. Mas concordo com a senhora, nos temos uma espaço, porém também é velho, também é antigo. Não seria o espaço, vamos fazer assim, o presidente da Federação está aqui, quando andamos pelo Estado entramos em cada Apae que chegamos a suspirar, emocionar de ver a qualidade da construção, do atendimento, a qualidade o qual se recebe o nosso educando. A Fundação quer poder construir o centro de atendimento digno

para nossos educandos, com qualidade, inovação e tecnologia. Lá dentro daquele espaço não seria. Concordo que temos que dar um prazo para a creche sair da fundação, também faremos uma indicação até para ajudar os pais que não querem sair do bairro, mas que o Município tome essa responsabilidade que é dele. Deputada Dirce se deu por satisfeito com o esclarecimento da presidente Rose. O presidente da Comissão, antes de passar a palavra pra outro convidado, ele indagou a presidente da FCEE, na linha de definição investimentos de recuperação da estrutura física. Há uma burocracia para se fazer uma obra nova ou uma recuperação no espaço físico público já existente e é muito difícil se falar em prazos quando se fala em obra pública, mas o que de fato já existe definição de investimento por parte do governo da estrutura física daquele estabelecimento? Se já existe recursos separados para que esses reparos mais emergenciais possam ser realizados para proporcionar tranquilidade para os profissionais que atuam e os alunos que frequentam o estabelecimento. Em seguida, a presidente Rose afirmou que sim. São os dois projetos da drenagem, questões hidráulicas que já estão aprovados pelo DEINFRA e pelo Governo do Estado de R\$ 594.000,00. O outro, é o emergencial, mais R\$ 600.000,00 que também já está aprovado pelo DEINFRA. Isso é para que as obras estejam prontas no máximo em 120 dias. Em torno de R\$1.200.000,00. O outro, a longo, médio prazo depende da autorização do Pacto por SC que seria o início para fazer os projetos, ser aprovado pelo DEINFRA, nos órgãos que são necessários, mas queremos fazer o mais rápido possível, que seria então trabalharmos em cima de um centro de atendimento novo. Com todos os direitos que nossos educando tem. Uma tecnologia diferenciada, auto-sustentável, com as fabricas que precisamos fazer, com um auditório novo, porque o da Fundação é muito pequeno atendendo 150 pessoas e bem antigo. Aproveitar para fazer uma nova estrutura, um novo centro de atendimento e que a fundação se renove também. A presidente concorda que as instalações físicas são muito precárias mas afirma que não podemos esquecer de lembrar que a Fundação tem outra função, e que ela é fundamental, a pesquisa, a disseminação de conhecimento, a busca de tecnologia, a capacitação profissional, a assessoria, porque hoje ela presta assessoria para todo o Estado de SC, para todas as entidades que são conveniadas, para as escolas municipais, estaduais, para as Câmaras de Vereadores, para que a Fundação esteja presente, apresente seu trabalho, esclarecendo dúvidas, então, temos que lembrar do trabalho da Fundação que é muito além da estrutura física. Que esse trabalho vem acontecendo desde o mês de janeiro. Aproveitou para relembrar que o orçamento da Fundação para esse ano é entorno de R\$ 160.000,00 (milhões), desse valor 125.000,00 pra convênios, o restante é todo investido nesses outros serviços que acabou de relacionar. Deputado Gean, só esclareceu que esses dois projetos serão em contratos emergenciais ou serão licitados? A presidente afirmou que serão emergenciais. Deputado José Nei reconheceu a importância da Fundação, que já tivemos a oportunidade de realizarmos parcerias importantes que essa Comissão em parceria com a Fundação empreendeu um resultado positivo. Mas o que provocou esse debate foi justamente o requerimento efetuado pela Elisete Costa Vieira, presidente da Associação dos servidores da FCEE manifestando a preocupação quanto a estrutura física. Foi esta provocação que motivou o convite para que esta presidente pudesse aqui estar para prestar estes esclarecimentos. Evidente que o debate é amplo e com certeza nos vamos entrar em outros aspectos relacionados a Fundação. Mas também quero aproveitar e colocar a nossa Comissão a disposição, nosso propósito é fazermos parcerias, porque quem verdadeiramente faz o trabalho de inclusão da pessoa com deficiência na sociedade são as entidades, as instituições e a Comissão pretende ser um instrumento nesse processo, é um espaço político que temos aqui e com muita disposição essa Comissão tem para fazer as parcerias necessárias e avançarmos na direção da inclusão da pessoa com deficiência na sociedade. Na sequência a professora Elisete enfatizou que não ficou feliz em trazer uma denúncia da FCEE, fez um breve relato de que o Centro de Pesquisa que depois foi transformado e municipalizado, que seus filhos foram alunos e incluídos com as pessoas com deficiência para que se pesquisasse sobre a inclusão. E tiraram esse espaço da Fundação municipalizando conforme a política nacional de municipalização. E em 1999, foi dado o prazo de 5 anos para a prefeitura sair. No entanto enquanto ocupava esse espaço e em contrapartida daria vagas para os filhos dos servidores frequentarem, mas isso nunca foi cumprido, entrando no sorteio como qualquer um. Aproveitou e denunciou que tem gente de Baguaçu estudando dentro da Fundação, não sendo só do município de São José. Em 2008 acabou o convênio, e a prefeitura já deveria ter saído. Afirma que não é o espaço excelente, mais é o melhor espaço que a Fundação tem, porque lá não pega enchente, é mais alto e conseqüentemente nenhum material de lá está estragado por esse motivo. A professora, concorda com a Deputada Dirce em que a Fundação tem aquele espaço e que a Prefeitura já construiu uma nova creche na avenida das Torres, não tirando os alunos e sim colocando outros. Fala que tem que ser feito um movimento e coloca a Associação a disposição da Presidente, porque o espaço é do Estado e da Fundação e devemos usufruir. Saliencia que a Fundação não deve pagar água e luz para o Município porque isso é improbidade administrativa, além de que não existe nenhum documento para que a Fundação custeie o dia-dia

dessa creche. Enfatiza que o Centro de Pesquisa foi jogado fora em 1999. Destacou também sobre a retirada das salas de alojamento. Que tem por finalidade, abrigar quem vem participar de capacitação e não tem recursos para ficar em hotel. Surge a preocupação, de que se a função da Fundação também é capacitação, e está sendo mudado a prioridade dos espaços. Parabenizou o Eliton pelo força bastante grande para que viesse esses recursos emergenciais. As obras são importante, a elétrica é uma emergencial, segundo o depoimento do nosso electricista coríamos risco de incêndio. Por fim, destaca que em nenhum momento se sente feliz em ter ido para televisão e mostrado como estava o nosso espaço, mas quando fala, leva a mensagem pelos servidores. Fica feliz em saber que algumas coisas estão acontecendo, mas tem muita coisa a se fazer. Rose, presidente da FCEE, afirma que a Fundação precisa se informatizar, todo nosso espaço. Foram adquiridos, nos anos que estava na presidência, computadores para quase todos os setores e também ar condicionado para dar melhores condições de trabalho, no entanto houve os problemas com a elétrica por se tratar de prédios antigos. A outra questão é a frota de veículos zero que a Fundação está. Muito me estranhou uma ligação de Joinville e agradecer se colando a disposição para arrumar nosso estofamentos que estavam rasgados. Um meio de comunicação mostrou os acentos totalmente destruídos e não era verdade. Nosso problema eram os motoristas, que ficam doentes, tiravam licenças e não tínhamos como repor. O concurso público resolveu parte, não resolveu totalmente. São muitas informações que as vezes temos que cuidar um pouco. Claro que temos problemas, até problemas que a presidente da Associação não mencionou, mas que sabemos que estão lá, mas é com investimento, dedicação. Nosso governador tem sido parceiro da Fundação, em nenhum momento ele negou qualquer coisa que fosse solicitada e dentro da realidade e das condições. Afirma que ficou 3 anos, o Eliton há um ano, mas agora estamos entrando no quinto ano, e quando saímos vamos deixar a Fundação com outro aspecto, tanto a estrutura física como no outro aspecto que gosto de mencionar, a parte de pesquisa. Em seguida, a palavra foi para a Vera, representando a ASCA, que iniciou seu fala dizendo que a Fundação é a sua casa, que há muito que se fazer pelos educandos. Afirma que com a volta da Rose, ela espera que muitas coisas que esperava-se que fosse feita e agora com a força total, para cobrir aquilo que não foi feito. Espero que os projetos vão dar certo e ficamos feliz. O filme do ônibus é antigo, não foi quando estivemos lá. Eu falei da estrutura física, a respeito do educando, ao perigo que eles corriam, como mãe. Vera, reafirma que está contente como as coisas sendo tomadas, falta muita a se fazer, mas agora não é hora de jogar pedra e falar do passado, é hora de juntar forças para que a gente tenha uma Fundação melhor. Contamos com a Comissão e outros órgãos para defender a Fundação e não deixar acabar. Em nome da representante da ASCA, Verona lê a pauta encaminhada pela presidente da Associação, Marlete Grandó que solicita a inclusão das AMAS no Fundo Social inclusive as que não estão cadastradas no convênio com a Fundação e o auxílio com as negociações com o poder público para aquisição de espaço físico para as AMAS que ainda não dispõe. O presidente da Comissão agradece e permite que a presidente da FCEE faça alguma observação. Ela destaca que é complicado, pois tem acompanhado o drama da Vera, mas pra Fundação poder executar o convenio ela tem que seguir os critérios, e é preciso que a entidade esteja trabalhando com o corpo técnico mínimo para que então esse convênio possa ceder profissionais, a questão é o espaço físico que não está dentro dos critérios exigidos. Não podemos fazer um convenio sob pena de eu responder e a Vera também, é o caso de outras AMAS do Estado que passam por esse problema também. Uma Apae se instala, tem que ser tudo criterioso se não é exigido é cobrado de determinados órgãos e a AMA não é diferente. A hora que estiver esse mínimo o restante acontece. Dentro da Fundação é feito um trabalho importante, elas nos procuram para assessoria e capacitações, sabemos o quanto é importante, uma preocupação muito grande com o numero de crianças que também vem nascendo. Vera enfatiza que a Fundação tem que dar mais atenção ao Autismo. Em seguida, a presidente da FCEE esclarece que a questão dos dormitórios, é a responsabilidade que a Fundação tem ao receber pessoas, ao que se alojam dentro do espaço como é a Fundação. Essas pessoas precisam de alimentação, tomar o seu banho, elas precisam de conforto, precisam estar em um lugar que atenda suas necessidades mínimas. É complicado a Fundação abrir um espaço dentro de uma espaço técnico, tecnológico, de pesquisa pra que a gente receba pessoas. Enfatiza, que não podemos largar, dez, quinze pessoas dentro de um espaço no final de semana inteiro sem ninguém pra cuidar, coordenar. Esses dormitórios estavam trazendo um problema sério porque outros órgãos estavam pedindo emprestado. E a própria segurança do nosso campus estava relatando situações muito complicadas. E por uma decisão, ou você tem algo bom que atenda ou você não tem nada. Sabemos que muitas dessas pessoas que vem fazer curso, muitas tem dificuldade, mas vamos procurar outras alternativas, temos tantos hotéis ao redor, muitos do Estado vem com a sua diária e não podemos criar o problema maior para Fundação. A decisão de não receber foi uma decisão muito maior, se não parece que queremos fechar os dormitórios da Fundação. Exemplifica como a ACIC, que tem uma construção com quarenta e oito leitos, e o presidente Jairo sabe a responsabilidade que

é estar abrindo a ACIC pra receber as pessoas para os cursos e tal. A Fundação não tem nem 10% da estrutura que a ACIC tem. Afirma que eles também estão bastante preocupados com a Fundação, todos estão, a sociedade está, está Comissão está tanto que estamos aqui conversando sobre esse assunto, mas precisamos estar atentos a questão legal do que a gente pode e não pode fazer, não podemos fazer nada porque é bonito, temos que fazer o que esta dentro da legalidade. E nós vamos fazer, tomando decisões que as vezes não é boa para alguns mas é boa para outros. O presidente da Comissão, Deputado José Nei, informa que o Deputado Gean Loureiro precisa se ausentar da Reunião em função da sua fala na sessão no Plenário. Dando seqüência, Com a palavra o sr. Júlio presidente da Federação das APAES, relata os investimentos que tem realizado em capacitação, onde tem pago hotéis e palestrantes. Muitos cursos são em conjunto com a ALESC que tem boa estrutura e o auditório está reservado até agosto. Ressalta que o papel da Fundação que é capacitação e pesquisa, mas que a federação também está assumindo e convida a FCEE para ser parceria nas ações desenvolvidas como prevenção tanto primária quanto terciária, implantação das oficinas de órteses e próteses. Solicitou em nome das 190 APAES e de milhares de pessoas que vão ter a vida delas definidas nesse momento é que seja aumentado a estimulação a exemplo do que já é feito dentro da Fundação, de quatro para seis anos. Relatou que as APAES de São Paulo fazem estimulação até 14 anos nós vamos tentar até 6 anos. Muitos estão procurando o Ministério Público porque eu vou tirar uma criança porque ele completou 4 anos, ele deixa de fazer estimulação. O Presidente entregou um documento à Presidente Rose com as demais reivindicações, solicitou a ampliação dos SAEDS pra 4 a 7 anos, a criação de serviços de educação profissional, organização do atendimento em período integral para serviço de educação ocupacional e grupos de convivência acima de 17 anos, implantação de modalidades de atendimento especializado pra educando acima de 4 anos com perda significativas de visão, audição e deficiência intelectual associada surdo e cegueira. Relatou que existem cegos nas APAES e que se faz necessário criar novos programas e novas oportunidades. O Presidente da Federação relatou que devemos criar a modalidades de atendimento individualizada pra educandos acima de 17 anos com transtorno associado e sofrimento psíquico intenso, dar possibilidade de livre circulação pelo espaço escolar, garantir a matrícula dos alunos que recebem atendimento de reabilitação no SAESP além de garantir as famílias dos educandos com diagnosticados de severos comprometimento intelectuais que possam optar pelo atendimento especializado oferecido pelas APAES. São pedidos que não vão envolver quantias significativas, até porque nós hoje em SC, nossas APAES já fazem um trabalho extremamente relevante, por exemplo, o programa de prevenção das APAES que já existe a 4 anos, e afirma que as crianças não estão nascendo deficientes por conta do que as APAES fazem ao longo no ano inteiro. Relatou o trabalho desenvolvido com a implantação do Pédia Suit e solicitou novamente a FCEE como parceira e solicitou urgência nas solicitações e ao encerrar as palavras evidenciou o apoio que tem recebido do Governador do estado no movimento APAEANO. Em seqüência, o presidente da ACIC, Jairo da Silva relata a importância da ACIC que está entre as maiores da América Latina e fez um breve relato sobre a estrutura do alojamento e o trabalho desenvolvido pela ACIC, colocando a mesma como parceira da FCEE. Relata sobre a reunião na Organização de Cego do Brasil, evidenciando a preocupação em relação ao concurso publico, pois tem pessoas surdas estão escolhendo vagas em entidades para trabalhar com pessoas cegas e não possuem o aporte da FCEE e além disso algumas entidades de surdos que estão recebendo pessoas que não tem o domínio da Língua Brasileira de Sinais. Por fim, a presidente Rose deixa registrado que vai verificar essa questão que o Presidente da ACIC trouxe, e que assessoria entrara em contato com a Instituição para ser verificado pontualmente. Afirma que o Júlio sabe o quanto fez um esforço para trabalhar com as APAES naquilo que é necessário, vai verificar com a equipe técnica, financeiro o que é possível fazer. Nosso orçamento de 2015 esta praticamente fechado mas vamos ver o que é possível. Você fala que em muitos casos não há necessidade de acréscimo de professores, então vamos dar uma olhada nisso. Presidente Nei, obrigada pelo convite, parabéns a Comissão pelo trabalho. Algumas falas que foram feitas aqui, eu estava pensando como essa casa trabalhou a questão da pessoa com deficiência antes da criação dessa Comissão que não fazem muitos anos que está instituída. Salienta o presidente da Comissão que foi instalada em 2012. A Presidente Rose, que anteriormente as dificuldades era muito grandes e as nossas instituições de certo iriam em Gabinete em Gabinete procurando apoio de Deputado e Deputado, nunca chegando ao ponto como este de sentarmos a mesa com tamanhas Instituições tão importantes. A Fundação representada praticamente por três pessoas, a ACIC uma das maiores instituições da América Latina, o Julio que tem uma responsabilidade com todas as APAES de SC e o senhor presidente que segue a frente dessa Comissão e com os demais membros. Parabêniz de coração a Comissão, desejo que essa Comissão sempre tenha mais vontade, mais força e possibilidades de executar sua função e dizer que a Fundação também tem uma responsabilidade, a grande responsável pela Política e Atendimento a Pessoa com Deficiência do Estado de Santa Catarina. Nós

somos e queremos ser os grandes responsáveis. Pra isso a gente luta, se prepara, as vezes erra um pouco, acerta bastante, mas o importante é que nós temos um corpo técnico invejável, maravilhoso, profissionais que estão na Fundação de alma e de coração se dedicando, estudando, fazendo pesquisa, buscando conhecimento e ajudando a melhorar cada vez mais o atendimento a pessoa com deficiência no estado de Santa Catarina. Estamos falando de 21%, seis milhões de pessoas em Santa Catarina e toda a família envolvida nessa questão. Obrigada pela oportunidade, assim que tiver novidades eu trago e informo a Comissão das coisas que estão acontecendo dentro da Fundação, principalmente na questão estrutural e estamos à disposição. Na seqüência, o presidente da Comissão Deputado José Nei Ascari agradece a participação da presidente da FCEE e deseja sucesso na empreitada que tem pela frente juntamente com a equipe de administradores da entidade da Fundação. Aproveita a oportunidade para fazer o registro de que quando recebeu a nossa ligação sobre essa reunião, você foi pronta, disse que era só marcar a data que viria para prestar todos os esclarecimentos necessários. Acho que isso precisa ser registrado. A Comissão está à disposição, como tem acontecido nesse período de três anos é fazermos parcerias porque juntos podemos de fato muito mais e as ações que a gente já conseguiu desenvolver comprovam isso. A Comissão está aqui com muita vontade, disposição, é o espaço que a sociedade através das instituições aqui representadas podem utilizar para que possam continuar avançando. Agradeceu os demais presentes e principalmente a Elisete que provocou essa discussão toda. Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Comissão declarou encerrada a reunião, da qual eu, Janice Aparecida Steidel Krasnaik, Assessora da Comissão, lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário da Assembleia Legislativa. Sala das Comissões, vinte e dois de abril de dois mil e quinze.

José Nei Alberton Ascari
Presidente

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

*** X X X ***

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA.

Às onze horas, do dia dez de Junho de dois mil e quinze, reuniram-se sob a Presidência do Deputado José Nei Alberton Ascari, os deputados membros da Comissão: Gean Loureiro, Luiz Fernando Vampiro, Luciane Maria Carminatti, Serafim Venzon. O Deputado Cleiton Salvaro justificou ausência em função de agenda em Brasília, através do Of. Interno nº 46. Dando início aos trabalhos, o Presidente da Comissão submeteu à votação a ata de reunião do dia vinte e dois de abril de 2015. Em seguida foi submetido à votação os pareceres de aprovação para manutenção do título de utilidade pública, referente ao exercício de 2013 e 2014: OF./0027.8/2015 - da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais APAE de São Bento do Sul, OF./0029.0/2015 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Anita Garibaldi, OF./0031.4/2015 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Irineópolis, OF./0035.8/2015 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de São Lourenço do Oeste, OF./0038.0/2015 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Meleiro, OF./0042.7/2015 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Içara, OF./0044.9/2015 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Agrolândia, OF./0046.0/2015 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Seara, OF./0047.1/2015 da Associação de Apoio às Famílias de Deficientes Físicos - AFADEFI, de Balneário Camboriú, OF./0049.3/2015 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Otacílio Costa, OF./0050.7/2015 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Campo Erê, OF./0051.8/2015 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Nova Veneza, OF./0052.9/2015 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Forquilha, OF./0055.1/2015 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Itá, OF./0057.3/2015 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Tunápolis, OF./0058.4/2015 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Campo Alegre, OF./0061.0/2015 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Concórdia, OF./0062.0/2015 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Jacinto Machado, OF./0063.1/2015 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Siderópolis, OF./0064.2/2015 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Timbó, OF./0073.3/2015 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de São José, OF./0075.5/2015 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Ipumirim, OF./0076.6/2015 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de São João Batista, OF./0079.9/2015 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Imbituba, OF./0092.6/2015 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Tijucas, OF./0093.7/2015 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Associação Joinvilense para Integração dos

Deficientes Visuais - AJIDEVI, de Joinville, OF./0094.8/2015 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Rodeio, OF./0098.1/2015 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Rio do Sul, OF./0109.9/2015 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de São Miguel do Oeste, OF./0111.3/2015 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de São Ludgero, OF./0112.4/2015 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Turvo, OF./0116.8/2015 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Maravilha, OF./0117.9/2015 da Associação de Deficientes de Orleans e Região - ADORE, OF./0122.6/2015 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Quilombo, OF./0123.7/2015 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Camboriú, OF./0131.7/2015 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Balneário Arroio do Silva, OF./0402.0/2014 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Água Doce, OF./0404.2/2014 - FCEE, referente ao exercício de 2013, voto pela rejeição e posterior arquivamento. Foi aprovado por unanimidade o requerimento de diligência, referente ao exercício de 2014 dos OF./0023.4/2015 Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Caibi, OF./0043.8/2015 Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Timbé do Sul, OF./0066.4/2015 Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Caçador, OF./0072.2/2015 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - AFLODEF, OF./0086.8/2015 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Palma Sola, OF./0124.8/2015 Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Santa Cecília, OF./0125.9/2015 da Associação Tubaronense para a Integração do Deficiente Visual (ATIDEV), de Tubarão, OF./0132.8/2015 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Armazém. Foi aprovado por unanimidade a realização dos seguintes eventos que constam no planejamento estratégico de 2015 da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e que irão discutir políticas públicas voltadas para pessoa com deficiência sendo eles: 22º Encontro de Recreação e Lazer das APAEs no Parque do Beto Carrero, em parceria com a Apae de Penha, a ser realizado no dia 11.06.15; 1º Fórum Catarinense para as Mulheres com Deficiência Visual, em parceria com a ACIC, a ser realizado no dia 18.06.15; Seminário Currículo Funcional, em parceria com a Federação das Apaes, a ser realizado no dia 01.07.15; Seminário Fisioterapia e Terapia Ocupacional: Avaliação e resultados do PediaSuit, em parceria com a Federação das Apaes, a ser realizado no dia 14.07.15; Seminário Descentralizado sobre Autismo, em parceria com a AMA de Araranguá, a ser realizado no dia 17.07.15; o Lançamento dos produtos feitos pelos deficientes Intelectuais da COEPAD em parceria com o artista plástico Luciano Martins no Hall da ALESC, Seminário sobre Prevenção das Deficiências, em parceria com a Apae de Urussanga e AMAREC, a ser realizado no dia 24.07.15; Seminário Descentralizado sobre Autismo em Fraiburgo, em parceria com a ASCA, Associação Atitude Vida, a ser realizado 07.08.15; I Seminário Internacional dos Povos Surdos: A trajetória das Associações de Surdos na Preservação das Línguas de Sinais, em parceria com a Associação de Surdos de Surdos da Grande Florianópolis, Associação de Surdos de Paderborn (Alemanha) Associação de Surdos de Washington (Estados Unidos), a ser realizado em 14.08.15; Seminário para Psicólogos das APAEs: Avaliação de Deficiências, em parceria com a Federação das Apaes, a ser realizado em 20.08.15; Seminário: Caminhos da prevenção: informação, cuidado e cidadania, em parceria com Apae de Camboriú, a ser realizado em 28.08.15; Dia Estadual de Prevenção e Informação sobre Esclerose Múltipla, em parceria com a Associação dos Portadores da Esclerose Múltipla, a ser realizado no dia 30.08.15; XX Olimpíadas das APAES, em parceria com a Federação das Apaes, a ser realizado no dia 14 a 18.09.15; Dia Nacional da Luta da Pessoa com Deficiência, em parceria com a Aflodef, a ser realizado no dia 21.09.15 no Auditório Dep. "Antonietta de Barros"; Seminário Pessoa Idosa com Deficiência: perspectivas e desafios, a ser realizado em Brusque na data de 24.10, Seminário de mãos dadas na caminhada: Conhecimento sobre as políticas públicas, autismo e o esporte paralímpico, em parceria com a Apae de Lages, a ser realizado no dia 02.10.15. Foi aprovado por unanimidade o Of. nº 204/2015 encaminhado pelo Dep. José Milton Scheffer que solicita apoio da Comissão para realização do 4º Seminário Estadual sobre a Síndrome de Down. Por unanimidade foi aprovado o requerimento encaminhado pela Deputada Luciane Carminati, que convida a Presidente da Fundação Catarinense de Educação Especial Sra. Rosemeri Bartuchski, com o objetivo de prestar esclarecimentos sobre os seguintes temas: gestão e política pedagógica da FCEE. Foi entregue a cada deputado e aprovado o folder referente ao Programa PREVENIR que será utilizado pelas 199 APAEs nas ações de prevenção que são desenvolvidas durante o ano. Em seguida foi lido e aprovado por unanimidade o Ofício nº 319/2015, que será encaminhado ao Presidente Gelson Merisio, no qual é

apresentado o Projeto da XX Edição da Olimpíada das APAES de Santa Catarina, com o propósito da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina apoiar o evento como promotora em conjunto com a Federação das APAEs. Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Comissão declarou encerrada a reunião, da qual eu, Janice Aparecida Steidel Krasnaik, Assessora da Comissão, lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário da Assembleia Legislativa. Sala de Imprensa, dez de junho de dois mil e quinze.

José Nei Alberton Ascari

Presidente

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

*** X X X ***

ATA DA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA.

Às dez horas do dia dezessete de junho do ano de dois mil e quinze, na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, sob a Presidência do Deputado Valdir Cobalchini, com amparo no parágrafo 1º do artigo 123 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da Nona Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, referente à 1ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura, Rodrigo Minotto, Gabriel Ribeiro e Natalino Lázare. Os deputados Serafim Venzon e Gean Loureiro, justificaram a ausência. Dando início à reunião, o Presidente submeteu à apreciação da Comissão a Ata da Reunião anterior, que foi aprovada. O presidente passou então a palavra para a deputada Luciane Carminatti, que apresentou parecer ao OF./0169.0/2015, que foi aprovado. A seguir o presidente passou a palavra para o deputado Natalino Lázare que relatou o OF./0034.7/2015, que foi aprovado O deputado Natalino Lázare apresentou também o parecer elaborado pelo deputado Gean Loureiro ao OF./0139.4/2015, que foi aprovado. Na sequência, o presidente passou a palavra para o deputado Rodrigo Minotto, que apresentou os pareceres elaborados pelo deputado Serafim Venzon. Os ofícios OF./0056.2/2015, OF./0088.0/2015, OF./0099.2/2015, e OF./0097.0/2015, foram aprovados. O OF./0119.0/2015 foi encaminhado para diligência. A seguir, o presidente passou a palavra para o deputado Gabriel Ribeiro, que apresentou parecer ao OF./0139.4/2015, e ao OF./0120.4/2015, que foram aprovados. Dando prosseguimento à reunião, o presidente colocou em discussão a proposta de calendário de reuniões preparatórias para a organização dos seminários sobre o Plano estadual de Educação. O presidente passou a palavra para a deputada Luciane Carminatti que destacou a importância das reuniões preparatórias, organizadas pela Comissão de Educação da Alesc, para que os Seminários obtenham o êxito desejado. Sugeriu ainda um calendário para geral para as atividades da Comissão relativas ao Plano estadual de Educação. Até nove de julho seriam realizadas as reuniões preparatórias, sem a participação dos deputados. No restante do mês de julho e no mês de agosto seriam realizados os seminários, com um formato bem definido. Na parte da manhã seria realizada uma palestra com um especialista, relacionada com uma das dezenove metas do Plano Estadual. Na parte da tarde, a Comissão de Educação coordenaria o debate, promovendo o esclarecimento dos diversos aspectos do Plano. Em cada um dos dezessete seminários previstos, seriam distribuídos formulários para a apresentação de sugestões de pontos a serem suprimidos, acrescentados ou modificados no Plano Estadual, a serem encaminhados até o início do mês de setembro para a Comissão de Educação para que seja realizada a sistematização das propostas apresentadas, para que possam, possivelmente, serem transformadas em emendas parlamentares. O projeto seria finalmente apreciado e votado no mês de outubro, quando se celebra o dia do professor. A seguir, o presidente passou a palavra para o deputado Rodrigo Minotto, que destacou a necessidade da realização de amplos debates acerca do Plano Estadual de Educação, em razão de sua importância para a sociedade catarinense e manifestou sua concordância com o calendário proposto pela deputada Luciane Carminatti. Na sequência, o presidente passou a palavra para o deputado Natalino Lázare, que enfatizou a necessidade de amplos debates, já que se trata do planejamento da área de educação para os próximos dez anos, e também declarou sua concordância com a proposta de calendário apresentada pela deputada Luciane Carminatti. A seguir, o presidente passou a palavra para o deputado Gabriel Ribeiro, que enfatizou a necessidade de adaptação da realidade estadual ao Plano Nacional de Educação e também manifestou seu apoio à proposta de calendário sugerida pela deputada Luciane Carminatti. A seguir, o presidente colocou em discussão a proposta de convite ao Secretário de Educação para comparecer perante a Comissão de Educação da Alesc para apresentação do projeto de Plano Estadual de Educação e também do plano de gestão da Secretaria Estadual de Educação para o prazo restante da atual administração. A proposta de convite ao Secretário estadual de Educação foi aprovada, sendo definida a data do dia trinta de junho, às dezessete horas. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos os deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Mabel Santos da Silva, Chefe da Secretaria, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo

Presidente e demais parlamentares membros da Comissão e, posteriormente, encaminhada para publicação no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala de Reuniões das Comissões, 17 de junho de 2015.

Deputado Valdir Cobalchini

Presidente

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 222/15

Tangará, 11 de junho de 2015

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Tangará (APAE), referente ao exercício de 2014.

Adriano Bahr

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 16/06/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 223/15

Ofício 092/2015

São Joaquim, 09 de junho de 2015

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de São Joaquim, referente ao exercício de 2014.

Marilda dos Santos Rodrigues

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 16/06/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 224/15

Ofício Nº 027/2015

Iporã do Oeste, 05 de junho de 2015

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Iporã do Oeste (APAE), referente ao exercício de 2014.

Oberti Frantz

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 16/06/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 225/15

Of. 027/2015

Caçador, 09 de junho de 2015

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Maria da Rosa (AMAR), de Caçador, referente ao exercício de 2014.

Zilda de Melo Albuquerque

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 16/06/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 226/15

OF. Nº 056/2015

Anchieta, 10 de junho de 2015

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Anchieta, referente ao exercício de 2014.

Carlos Antonio Rodrigues da Costa

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 16/06/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 227/15

Rio do Sul, 02 de junho de 2015

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Fundação de Saúde do Alto Vale do Itajaí (FUSAVI), de Rio do Sul, referente ao exercício de 2014.

Osmar Peters

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 16/06/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 228/15

Florianópolis, 28 de maio de 2015

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Legião da Boa Vontade (LBV), de Florianópolis, referente ao exercício de 2014.

Sérgio Antenor Morello

Gerente Administrativo Municipal da LBV

Lido no Expediente

Sessão de 16/06/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 229/15

Ofício nº 26/2015

Itapiranga, 10 de junho de 2015

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Itapiranga, referente ao exercício de 2014.

Vilmar Piacessi

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 16/06/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 230/15

Ofício nº 24/2015

Florianópolis, 11 de maio de 2015

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação R3 Animal, de Florianópolis, referente ao exercício de 2014.

Cristiane K. M. Kolesnikovas

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 16/06/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 231/15

Of 21/2015

Alfredo Wagner, 08 de junho de 2015

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Alfredo Wagner, referente ao exercício de 2014.

Tania Maria Silvestri

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 16/06/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 232/15

Xanxerê, 10 de junho de 2015

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Xanxerê (APAE), referente ao exercício de 2014.

Ana Maria Modesti

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 16/06/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 233/15

Ofício 0003/2015

Joinville, 10 de março de 2015

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Casa do Adalto - Apoio às Crianças e Adolescentes com Neoplasia, de Joinville, referente ao exercício de 2014.

Hetio Wagner

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 16/06/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 234/15

Of. Nº 009/2015

Chapecó, 26 de maio de 2015

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Orquidófila de Chapecó (ASSOC), referente ao exercício de 2014.

Terezinha Ana Bedin

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 16/06/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 235/15

Ofício 10/2015

Caibi, 11 de junho de 2015

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Hospital Beneficente São José, de Caibi, referente ao exercício de 2014.

Ironês Mariotto Bianchini

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 16/06/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 236/15

Ofício Nº 020/2015

Urussanga, 02 de junho de 2015

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Hospital Nossa Senhora da Conceição, de Urussanga, referente ao exercício de 2014.

Arnaldo Jesus Bez Batti

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 16/06/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 237/15

Florianópolis, 02 de junho de 2015
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Beneficente São Dimas (ASBEDIM), de Florianópolis, referente ao exercício de 2014.

Márcia M. de Oliveira da Veiga
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 16/06/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 238/15

Tubarão, 10 de junho de 2015
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Vida e Arte, de Tubarão, referente ao exercício de 2014.

Humberto Rodrigues Lima
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 16/06/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 239/15

Ofício nº 02/2015 Porto União, 10 de junho de 2015
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Assistência e Promoção Social Ari Milis, de Porto União, referente ao exercício de 2014.

Juarez Francisco de Lara
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 16/06/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 240/15

Carta nº 020/2015 Florianópolis, 09 de junho de 2015
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação FloripAmanhã, de Florianópolis, referente ao exercício de 2014.

Anita Pires
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 16/06/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 241/15

Ofício nº 26/2015 Itajaí, 18 de maio de 2015
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Beneficente Pássaros de Luz, de Itajaí, referente ao exercício de 2014.

Viviane Regina Cláudio dos Santos
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 16/06/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 242/15

Ofício 195/2015 Jaraguá do Sul, 08 de junho de 2015
Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jaraguá do Sul (APAE), referente ao exercício de 2014.

Joãozinho Julio Depiné
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 16/06/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 243/15

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Cáritas Diocesana de Blumenau, referente ao exercício de 2014.

Carlos Heinz Ziegler
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 17/06/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 244/15

Criciúma, 17 de junho de 2015
Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da associação Criciúma e Região Convention & Visitors Bureau (EMTURSUL Convention & Visitors Bureau), de Criciúma, referente ao exercício de 2014.

Jaqueline Backes
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 18/06/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 245/15

Ofício Nº 023/15 Xanxerê, 12 de junho de 2015
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Rede Feminina Regional de Combate ao Câncer de Xanxerê, referente ao exercício de 2014.

Dra Rita Mauricea Guazzeli Pezzali
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 18/06/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 246/15

Curitibanos, 23 de abril de 2015
Encaminha documentação da Fundação Hospitalar de Curitibanos (FHC), solicitando a elaboração de projeto de lei de declara de utilidade pública.

Arnildo Carlos Gerhardt
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 18/06/15

*** X X X ***

PORTARIAS**PORTARIA Nº 1814, de 18 de junho de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR CINTIA SCHIOCHETT para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-79, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Gelson Merisio - Florianópolis).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1815, de 18 de junho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR NEIDE SIVONETE LUMMERTZ JONES para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Comissão Permanente, código PL/GAC-59, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (DL - CC - Comissão de Relacionamento Institucional, Comunicação, Relações Internacionais e do MERCOSUL).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1816, de 18 de junho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **JAQUELINE SILVEIRA DOS SANTOS SOUZA**, matrícula nº 4928, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-72, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 15 de Junho de 2015 (Gab Dep Gelson Merisio).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1817, de 18 de junho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor JORGE TEIXEIRA, matrícula nº 6565, de PL/GAB-81 para o PL/GAB-79, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 15 de Junho de 2015 (Gab Dep Gelson Merisio).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI PL./0219.7/2015

Revoga as Leis ns. 6.274, de 22 de outubro de 1983 e 6.459, de 20 de novembro de 1984, que declaram de utilidade pública a Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE.

Art. 1º Ficam revogadas as Leis ns. 6.274, de 22 de outubro de 1983 e 6.459, de 20 de novembro de 1984, que declaram de utilidade pública a Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado José Nei Alberton Ascari

Lido no Expediente

Sessão de 16/06/15

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei anexo, objetivando revogar plenamente as Leis ns. 6.274, de 22 de outubro de 1983 e 6.459, de 20 de novembro de 1984, que declaram de utilidade pública a Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE, de Florianópolis, por iniciativa daquele Órgão, conforme demonstra Ofício, em anexo, por entender que a Fundação faz parte da administração pública estadual, não mais se enquadrando na Lei nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010 e, portanto, desnecessária tal titulação.

Sendo assim, impõe-se a esta Casa de Leis a revogação da Lei em comento.

É o que peço aos nobres Pares.

Deputado José Nei Alberton Ascari

*** X X X ***

PROJETO DE LEI nº 0236.8/2015

Declara de utilidade pública a Câmara de Dirigentes Lojistas de Navegantes - CDL Navegantes, de Navegantes.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Câmara de Dirigentes Lojistas de Navegantes - CDL Navegantes, com sede no Município de Navegantes.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente

Sessão de 18/06/15

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração dos nobres Pares o presente projeto de lei, que visa declarar de utilidade pública a Câmara de Dirigentes Lojistas de Navegantes - CDL Navegantes, que é uma entidade civil, com fins não econômicos, que atua em prol do desenvolvimento e defesa do segmento no Município de Navegantes.

Diante do exposto, espero contar com o apoio dos nobres colegas para a aprovação da presente proposição, por entendê-la relevante para a melhoria na qualidade de vida da comunidade em que atua, com base na colaboração recíproca de seus associados e no interesse público.

Assim como, para que a entidade possa continuar implementando as ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a mesma usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, razão pela qual entendo ser de inteira justiça o pleito ora apresentado.

Deputado Darci de Matos

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº PL./0237.9/2015

Altera a Lei nº 9.094, de 1993, que declara de utilidade pública a Associação dos Deficientes Educáveis e Síndrome de Down (ADESD), de Joinville.

Art. 1º A Lei nº 9.087, de 17 de maio de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de utilidade pública a Associação de Síndrome de Down de Joinville"

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Síndrome de Down de Joinville, com sede no Município de Joinville.

Art. 2º À Entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Mauro de Nadal

Lido no Expediente

Sessão de 18/06/15

JUSTIFICATIVA

Submeto a elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo, que visa alterar a Lei nº 9.087, de 1993, em razão da mudança da denominação da entidade, conforme demonstrado nos documentos anexos.

Deputado Mauro de Nadal

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 170/2015

Autoriza a abertura de crédito suplementar em favor da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e do Fundo Estadual de Apoio aos Municípios (FUNDAM).

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar, no valor de R\$ 81.275.000,00 (oitenta e um milhões e duzentos e setenta e cinco mil reais), sendo R\$ 31.275.000,00 (trinta e um milhões e duzentos e setenta e cinco mil reais) em favor da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) em favor do Fundo Estadual de Apoio aos Municípios (FUNDAM), com vistas ao atendimento da programação constante do Anexo II desta Lei.

Art. 2º Para atender ao crédito a que se refere o art. 1º desta Lei, ficam anuladas parcialmente as dotações orçamentárias consignadas na programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 16 de junho de 2015.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

ANEXO I

Ano-base: 2015

Ato Normativo	2015AN000574	
Órgão	52000	Secretaria de Estado da Fazenda
Unidade Orçamentária	52002	Encargos Gerais do Estado

Subação	Amortização e encargos de contratos de financiamentos internos - EGE		
Código	28.846.0990.0753.003562		
4	Despesas de Capital		
46	Amortização da Dívida		
46.90	Aplicações Diretas		
46.90.71 (0.1.00)	Principal da Dívida Contrat. Resgatado		R\$ 31.275.000,00
Órgão	53000	Secretaria de Estado da Infraestrutura	
Unidade Orçamentária	53001	Secretaria de Estado da Infraestrutura	
Subação	Adequação do canal de acesso aos portos de Itajaí e Navegantes - nova bacia de evolução		
Código	26.784.0150.2178.012639		
4	Despesas de Capital		
44	Investimentos		
44.90	Aplicações Diretas		
44.90.51 (0.1.91)	Obras e Instalações		R\$ 17.000.000,00
Subação	Construção do acesso rodoviário ao Porto de Imbituba - Via Expressa Portuária		
Código	26.782.0150.2178.012638		
4	Despesas de Capital		
44	Investimentos		
44.90	Aplicações Diretas		
44.90.51 (0.1.91)	Obras e Instalações		R\$ 6.000.000,00
Subação	Derrocagem e remoção de lajes na bacia de evolução do Porto de São Francisco do Sul		
Código	26.784.0150.2178.012637		
4	Despesas de Capital		
44	Investimentos		
44.90	Aplicações Diretas		
44.90.51 (0.1.91)	Obras e Instalações		R\$ 6.000.000,00
Subação	Implantação do acesso rodoferrviário ao Porto de São Francisco do Sul		
Código	26.783.0150.2178.012636		
4	Despesas de Capital		
44	Investimentos		
44.90	Aplicações Diretas		
44.90.51 (0.1.91)	Obras e Instalações		R\$ 6.000.000,00
Unidade Orçamentária	53025	Departamento Estadual de Infraestrutura	
Subação	Pavimentação da SC-390, trecho Anita Garibaldi - Celso Ramos		
Código	26.782.0110.0057.001239		
4	Despesas de Capital		
44	Investimentos		
44.90	Aplicações Diretas		
44.90.51 (0.1.91)	Obras e Instalações		R\$ 8.000.000,00
Subação	Pavimentação da SC-477, trecho Papanduva - Entr. SC-114 - Itaió - Entr. SC-112 - Dr. Pedrinho		
Código	26.782.0110.0057.000335		
4	Despesas de Capital		
44	Investimentos		
44.90	Aplicações Diretas		
44.90.51 (4.1.91)	Obras e Instalações		R\$ 7.000.000,00
Total			R\$ 81.275.000,00
ANEXO II			
			Ano-base: 2015
Ato Normativo	2015AN000574		
Órgão	41000	Gabinete do Governador do Estado	
Unidade Orçamentária	41002	Procuradoria-Geral do Estado	
Subação	Pagamento de sentenças de pequeno valor - PGE		
Código	03.061.0900.0286.008036		
3	Despesas Correntes		
31	Pessoal e Encargos Sociais		
31.90	Aplicações Diretas		
31.90.91 (0.1.00)	Sentenças Judiciais		R\$ 31.275.000,00
Órgão	52000	Secretaria de Estado da Fazenda	
Unidade Orçamentária	52090	Fundo Estadual de Apoio aos Municípios	
Subação	Apoio a projetos municipais de investimentos - Pacto pelos Municípios		
Código	04.123.0101.2248.012719		
4	Despesas de Capital		
44	Investimentos		
44.40	Transferências a Municípios		
44.40.42 (0.1.91)	Auxílios		R\$ 50.000.000,00
Total			R\$ 81.275.000,00

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 215/2015

Altera a Lei nº 16.012, de 2013, que declara de utilidade pública a Associação Cultural e Beneficente Fraternidade Acadêmica Ciência e Artes, de Jaraguá do Sul.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 16.012, de 21 de maio de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Declara de utilidade pública a Associação Cultural e Beneficente Ciência e Artes (ASSOCIAR).

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Cultural e Beneficente Ciência e Artes (ASSOCIAR), com sede no Município de Jaraguá do Sul.

Art. 2º A entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 18 de junho de 2015.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº

002.9/2015

O Projeto de Lei Complementar nº 0002.9/2015 passa a ter a seguinte redação:

“PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 002.9/2015

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 197, de 13 de julho de 2000.

Art. 1º O art. 73 da Lei Complementar nº 197, de 13 de julho de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 73. O Estagiário receberá bolsa mensal, cujo valor será fixado por ato do Procurador-Geral de Justiça.” (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados os incisos I, II e III do art. 73 da Lei Complementar nº 197, de 2000.”

Sala da Comissão,

Deputado José Nei Alberton Ascari

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 16/06/15

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 16/06/15

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 002/2015

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 197, de 13 de julho de 2000.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º O art. 73 da Lei Complementar nº 197, de 13 de julho de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 73. O Estagiário receberá bolsa mensal, cujo valor será fixado por ato do Procurador-Geral de Justiça.” (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados os incisos I, II e III do art. 73 da Lei Complementar nº 197, de 13 de julho de 2000.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 17 de junho de 2015.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº

010.9/2015

O *caput* e o § 1º do art. 66-B, acrescido à Resolução nº 001, de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 2015, pelo art. 1º do Projeto de Lei Complementar nº 0010.9/2015, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 66-B Estão vinculadas e subordinadas à Diretoria de Comunicação Social a Gerência de Publicidade, a Gerência de Redes Sociais e a Gerência de Comunicação Social.

§ 1º À Gerência de Publicidade compete, especialmente:

I - elaborar projetos básicos para contratação;

II - acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos de publicidade;

III - planejar campanhas publicitárias;

IV - gerenciar o desenvolvimento criativo de campanhas publicitárias;

V - supervisionar e monitorar a execução das campanhas publicitárias; e

VI - acompanhar as oportunidades de mercado do setor de comunicações.”

Sala da Comissão,

Deputado José Nei Alberton Ascari

De acordo

Deputado Gelson Merisio

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda Modificativa tem o objetivo aprimorar a redação do *caput* do art. 66-B, que se pretende acrescer à LC nº 642, de 2015, alterando a denominação da Gerência de Publicidade e Contratos para “Gerência de Publicidade”, vinculada à Diretoria de Comunicação Social, evitando-se, dessa forma, confusão com os demais contratos administrativos.

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 09/06/15

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 16/06/15

EMENDA À REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº

010/2015

Na Redação Final do Projeto de Lei Complementar nº 010/2015:

a) no § 3º do art. 66-B, alterado pelo art. 1º, **onde se lê:**

“...Gerência de Comunicação Institucional...”

Leia-se:

“...Gerência de Comunicação Social...”

b) no art. 2º, **onde se lê:**

“... a Gerência de Publicidade e Contratos, código PL/FC, nível 5, a Gerência de Redes Sociais, código PL/FC, nível 5 e a Gerência de Comunicação Institucional, código PL/FC, nível 5.”

Leia-se:

“... a Gerência de Publicidade, código PL/FC, nível 5, a Gerência de Redes Sociais, código PL/FC, nível 5 e a Gerência de Comunicação Social, código PL/FC, nível 5.”

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 16 de junho de 2015.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda à Redação Final tem por objetivo adequar o Projeto de Lei Complementar nº 010/2015 ao que pretendia o Relator na Comissão de Constituição e Justiça, conforme Emenda Modificativa apresentada às fls. 21.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 010/2015

Altera a Resolução nº 001, de 2006, que dispõe sobre a organização administrativa da Alesc, e a Resolução nº 002, de 2006, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal, o Plano de Carreira, os cargos, as classes de cargos, as funções de confiança e as atribuições dos servidores da Alesc, ambas convalidadas pela Lei Complementar nº 642, de 2015, para o fim de reorganizar a estrutura administrativa, no âmbito da Diretoria de Comunicação Social e da Coordenadoria de Eventos, e dispor sobre a Comissão Legal de Assessoramento ao Programa de Certificação de Responsabilidade Social.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º A Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 14.....”

I -

.....

d) de Sessões Solenes e Especiais.” (NR)

.....

“Art. 22.....”

.....

VIII - monitorar os serviços de multimídia e de sonorização do

Plenário;

.....

XV - assessorar a Mesa na condução das Sessões Solenes e Especiais, internas e externas." (NR)

TÍTULO III

"Art. 57. Estão vinculadas e subordinadas à Coordenadoria de Eventos a Gerência de Cerimonial, a Gerência Cultural e a Gerência de Sessões Solenes e Especiais.

IV - à Gerência de Sessões Solenes e Especiais compete, especialmente:

- a) agendar, organizar e coordenar a realização de Sessões Solenes e Especiais;
- b) prestar orientação aos proponentes das Sessões Solenes e Especiais;
- c) elaborar texto e providenciar a confecção de placas de homenagem;
- d) elaborar os roteiros das Sessões Solenes e Especiais;
- e) apoiar a Gerência de Cerimonial nas providências relativas às Sessões Solenes e Especiais; e
- f) apoiar o registro de autoridades." (NR)

CAPÍTULO III

"Seção VIII

Da Diretoria de Comunicação Social

Art. 66-B Estão vinculadas e subordinadas à Diretoria de Comunicação Social a Gerência de Publicidade, a Gerência de Redes Sociais e a Gerência de Comunicação Social.

§ 1º À Gerência de Publicidade compete, especialmente:

- I - elaborar projetos básicos para contratação;
- II - acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos de publicidade;
- III - planejar campanhas publicitárias;
- IV - gerenciar o desenvolvimento criativo de campanhas publicitárias;
- V - supervisionar e monitorar a execução das campanhas publicitárias; e
- VI - acompanhar as oportunidades de mercado do setor de comunicações.

§ 2º À Gerência de Redes Sociais compete, especialmente:

- I - representar a Assembleia Legislativa nas mídias sociais;
- II - acompanhar a imagem do Poder Legislativo nas mídias sociais;
- III - produzir e supervisionar a produção de conteúdos para as mídias sociais;
- IV - apresentar relatórios contendo a repercussão nas redes sociais de assuntos tratados na Assembleia Legislativa;
- V - prestar orientação aos gabinetes parlamentares para o uso de ferramentas de rede social;
- VI - orientar os setores da Assembleia Legislativa na criação de ferramentas próprias de mídia social e supervisionar seu uso, zelando para que mantenham as boas práticas do meio digital; e
- VII - estabelecer regras para a participação do público e para o uso seguro das ferramentas *on-line*.

§ 3º À Gerência de Comunicação Social compete, especialmente:

- I - orientar a produção de conteúdo institucional;
- II - orientar a Diretoria em assuntos estratégicos para a boa

ANEXO ÚNICO

(Altera o Anexo III-D da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006 convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015)

"ANEXO III-D

GRUPO DE ATIVIDADES DE COMISSÃO LEGAL			
COMISSÃO LEGAL	CÓDIGO CORRESPONDENTE	NÍVEL	QUANTIDADE
Sistema de Controle Interno	PL/FC	3	06
Avaliação de Desempenho Funcional		3	06
Permanente de Licitações		3	07
Elaboração de Editais, Contratos e Cadastros		3	05
Acompanhamento de Contas Públicas		3	04
Recebimento de Materiais		3	04
Avaliação de Bens Inservíveis		3	03
Processo Administrativo Disciplinar/Sindicância		2	03
Transparência Institucional		3	05
Assessoramento ao Programa de Certificação de Responsabilidade Social		3	05

" (NR)

*** X X X ***

imagem da Assembleia Legislativa, na produção de pauta, roteiro e textos;

III - orientar os gabinetes parlamentares em assuntos que afetem a imagem da Assembleia Legislativa;

IV - orientar conteúdo aos veículos internos;

V - supervisionar o atendimento à imprensa externa e a recepção dos profissionais de jornalismo; e

VI - autorizar a entrada de profissionais de imprensa fora do horário de expediente para realização de filmagens e entrevistas." (NR)

TÍTULO IV

CAPÍTULO I

"Seção IX-B

Da Comissão de Assessoramento ao Programa de Certificação de Responsabilidade Social

Art. 75-B. À Comissão de Assessoramento ao Programa de Certificação de Responsabilidade Social, diretamente vinculada à Chefia de Gabinete da Presidência, com o fim específico de dar cumprimento ao disposto na Lei nº 12.918, de 23 de janeiro de 2004, compete:

I - elaborar o cronograma de atividades e de reuniões da Comissão Mista de Certificação de Responsabilidade Social;

II - preparar e assessorar as reuniões da Comissão Mista;

III - dar publicidade às decisões da Comissão Mista;

IV - divulgar, pelas diversas mídias, o processo de certificação de responsabilidade social;

V - auxiliar na elaboração de edital;

VI - gerenciar o ambiente eletrônico da responsabilidade social;

VII - coordenar as atividades de lançamento de edital;

VIII - acompanhar o processo de análise do balanço socioambiental e outros documentos;

IX - organizar a planilha de pontuação para a premiação de certificação de responsabilidade social;

X - coordenar os trabalhos dos *workshops* e seminários;

XI - preparar a Sessão Especial de Certificação de Responsabilidade Social; e

XII - elaborar relatórios anuais das atividades da Comissão.

....." (NR)

Art. 2º Ficam criadas e acrescidas ao Anexo III-A da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, a Gerência de Publicidade, código PL/FC, nível 5, a Gerência de Redes Sociais, código PL/FC, nível 5 e a Gerência de Comunicação Social, código PL/FC, nível 5.

Art. 3º O Anexo III-D (Grupo de Atividades de Comissão Legal) da Resolução nº 002, de 2006, passa a vigorar de acordo com o Anexo Único desta Lei Complementar.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar correrão à conta do orçamento da Assembleia Legislativa.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Ficam revogados o inciso XV do art. 19, a Subseção III e seu art. 61-A da Seção I do Capítulo III do Título III da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 16 de junho de 2015.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça